

HT-25



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GRUPOS DINAMIZADORES E AUTORIDADES TRADICIONAIS :  
O CASO DE MOATIZE, 1975-1992

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane

Olívia Maria Faite

Maputo, 2001

32:39  
D245m 04

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	2.8059
DATA	2. Novembro 01
AQUISIÇÃO	9 de fev
COTA	AHT-25

**GRUPOS DINAMIZADORES E AUTORIDADES TRADICIONAIS: O  
CASO DE MOATIZE, 1975-1992**

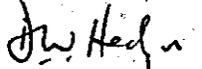
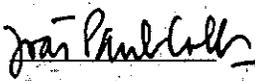
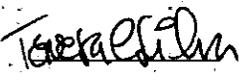
Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção  
do grau de Licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

**Olivia Maria Faite**

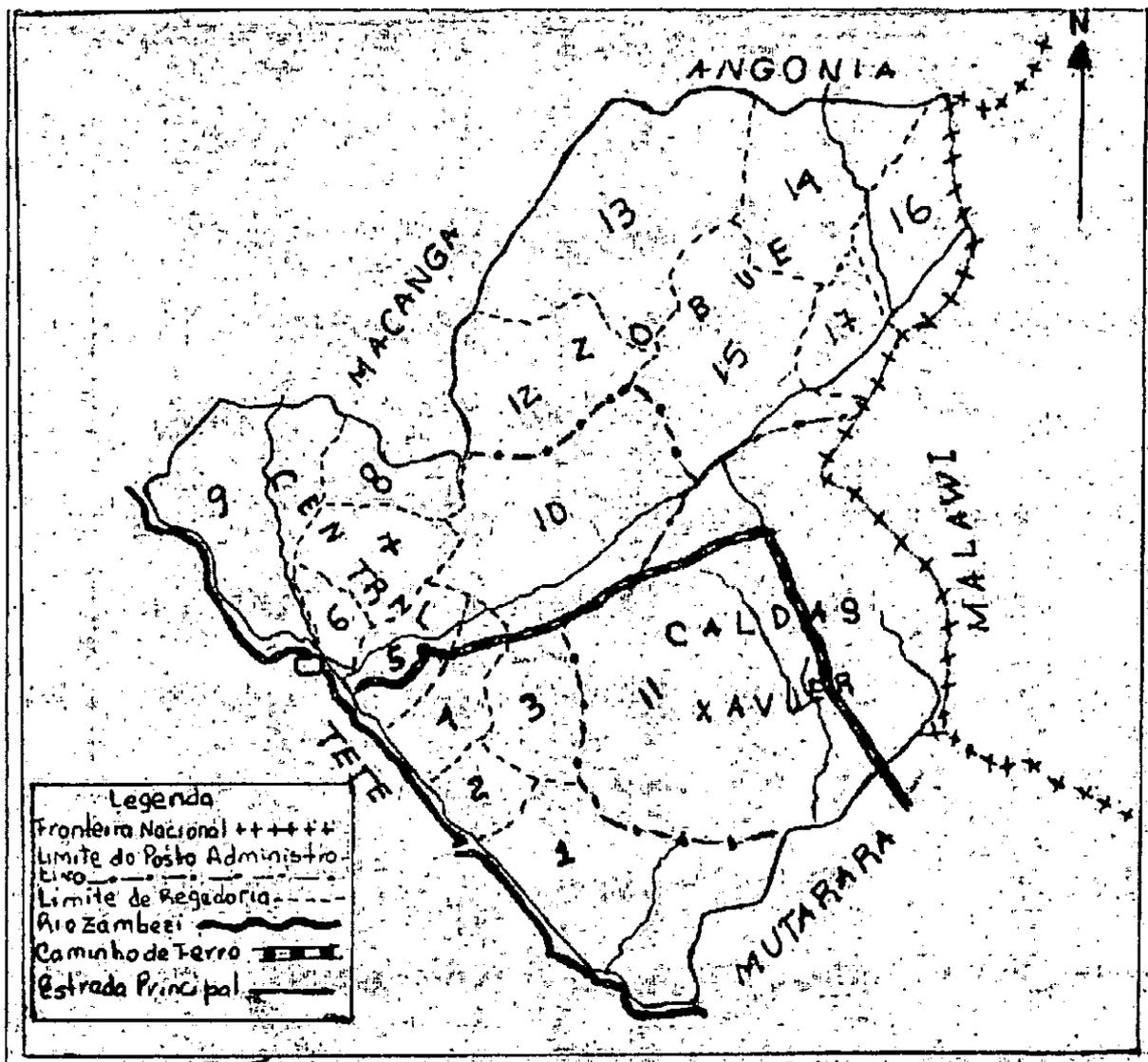
**Departamento de História**  
Faculdade de Letras  
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: **Prof. Doutor João Paulo Borges Coelho**

Maputo, 2000

O Júri:			Data
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	
			05 / OUT / 2001

**Distrito de Moatize**  
**Divisão Administrativa por Regedorias**  
**1971**



Fonte: Borges Coelho, J.P. 1993: Protected Villages and Communal Villages.....p. 265.

**Legenda Regedorias**

- |             |                  |                 |
|-------------|------------------|-----------------|
| 1. Chassaia | 7. Chaleca       | 13. Mogunda     |
| 2. Razo     | 8. Mantenga      | 14. Zacarias    |
| 3. Boroma   | 9. Tundumula     | 15. Cambuembua  |
| 4. Macajo   | 10. Chacala      | 16. M'boola     |
| 5. Sipanela | 11. Chintemuende | 17. Chimarizene |
| 6. Picado   | 12. Catábua      |                 |

## Declaração

Declaro que a presente dissertação nunca foi apresentada na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que constitui resultado da minha investigação pessoal estando indicados no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

## Dedicatória

Aos meus pais Francisco e Elisa

Aos meus irmãos Belarmino e Ana Célia

## Agradecimentos

A efectivação deste trabalho só foi possível porque múltiplas pessoas e entidades oficiais deram o seu contributo. A todos quero expressar a minha gratidão.

Não podendo fazê-lo individualmente, pois seria imensa a lista de nomes a mencionar, agradeço particularmente:

Ao Prof. Dr. João Paulo Borges Coelho, meu supervisor, pelo apoio, orientação e dedicação contínua dispensadas.

Aos docentes da UFICS, Prof. Dr. Luís Cerqueira de Brito, pelos seus comentários referentes a segunda parte do trabalho (Grupos Dinamizadores) e ao Dr. João Cândido Pereira, pela orientação na escolha do campo de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Gerhard Liesegang, pelos seus comentários sobre o conteúdo e apresentação do texto.

Ao Dr. Almiro Lobo, do Departamento de Letras Modernas, pela sua colaboração na revisão do texto.

Ao pessoal da Administração do Distrito de Moatize, especialmente ao Sr Earisto (Mpaca), pela paciência tida na realização do trabalho de campo.

À Vitalina Papadakis e João Carlos Colaço, pela clarificação e sugestão de alguns aspectos significativos.

À Maria Helena Monteiro, amiga e colega, por todo o apoio prestado de diferentes formas durante a minha carreira estudantil.

E por último, aos meus amigos Malito e Celmira, por terem comigo partilhado, todas as dificuldades surgidas ao longo da minha licenciatura.

## Abreviaturas Utilizadas

AHM- Arquivo Histórico de Moçambique

AIM- Arquivo de Informação de Moçambique

BO- Boletim Oficial

CEA- Centro de Estudos Africanos

CNAC- Comissão Nacional das Aldeias Comunais

Cx- Caixa

DH- Departamento de História

FGT- Fundo do Governo de Tete

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

FM- Fundo de Moatize

FT- Fundo de Tete

GDT- Governo do Distrito de Tete

GD's- Grupos Dinamizadores

INE- Instituto Nacional de Estatística

IRNCBC- Primeira Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais

MAE- Ministério da Administração Estatal

SDAC- Serviços Distritais de Administração Civil

OJM- Organização da Juventude de Moçambicana

OMM- Organização da Mulher Moçambicana

OPV- Organização Provincial dos Voluntários

PIDE- Polícia de Investigação e Defesa do Estado

RAU- Reforma Administrativa Ultramarina

RENAMO- Resistência Nacional Moçambicana

UEM- Universidade Eduardo Mondlane

UFICS- Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais.

UNAMI- União Nacional de Moçambique Independente

## RESUMO

A questão das Autoridades Tradicionais e Grupos Dinamizadores enquadra-se no actual debate levantado ao nível não só do Ministério da Administração Estatal, como também no seio de alguns cientistas sociais. Debate esse que abarca diversas esferas: se por um lado se questiona a própria legitimidade da Autoridade Tradicional, por outro, persistem inquietações relacionadas com o surgimento e desenvolvimento destas duas formas de poder político.

O presente trabalho pretende estudar o paralelismo de poderes entre a Autoridade Tradicional e a autoridade partidária. Dentro desta óptica, analisarei alguns factores que estiveram na origem da relação que se criou entre os Grupos Dinamizadores e as Autoridades Tradicionais, desde a independência (1975) até a assinatura do Acordo Geral de Paz (1992).

No primeiro capítulo, introduzirei os aspectos conceptuais e teóricos sobre a questão das Autoridades Tradicionais e dos Grupos Dinamizados, periodizando a evolução político-administrativa destes dois poderes (Tradicional e Partidário).

No segundo capítulo contextualizarei as Autoridades Tradicionais retratando a sua evolução histórica, com base nas diferentes disposições legislativas surgidas durante o período colonial. Darei ênfase às reformas de Adriano Moreira (1961), porque deram uma dinâmica própria à estrutura e actividades deste poder político. Uma vez que, para além da empresa carbonífera (Carbomoc), o Distrito de Moatize tem outra particularidade, os aldeamentos coloniais, analisarei o posicionamento das Autoridades Tradicionais nos aldeamentos. Ainda relacionado com as Autoridades Tradicionais tratarei particularmente do Régulo Sipanela, pelo facto de ele ter servido de elo de ligação entre a população da Vila de Moatize e a Frelimo. A referida ligação surgiu porque este régulo apoiou a Frelimo durante a guerra colonial, tendo sido preso pela Pide. As suas actividades serviram de exemplo às gerações vindouras, nas relações com a Frelimo, no pós-independência.

No terceiro capítulo, falarei do surgimento dos Grupos Dinamizadores e do seu historial.

No quarto capítulo, analisarei o relacionamento entre os dois poderes, evocando a "incoerência" dos discursos da Frelimo, na realidade prática. E como o trabalho cobre o período em que decorre a guerra civil (entre a Frelimo e a Renamo), tratarei deste relacionamento à luz do desenrolar da guerra. Note-se que, ao mesmo tempo que se construía um Estado da Frelimo, criava-se também um espaço de convivência entre as Autoridades Tradicionais e os Grupos Dinamizadores.

No capítulo reservado às constatações finais, realçarei a dinâmica, primeiro da Autoridade Tradicional e depois da conjugação destas duas formas de poder, tudo isso com base nas políticas, tanto da Frelimo, como da Administração Colonial.

## Introdução

O trabalho abordará o relacionamento entre as Autoridades Tradicionais e os Grupos Dinamizadores no Distrito de Moatize (Província de Tete), entre 1975 a 1992, período da criação de um Estado sob a direcção do partido Frelimo. O período em referência, caracterizou-se pelo banimento das Autoridades Tradicionais (1975), pela criação de uma autoridade partidária que foram os Grupos Dinamizadores e pelo início de um debate que visava reconhecer e integrar as Autoridades Tradicionais na nova estrutura administrativa do Partido-Estado Frelimo.

Devido à conotação atribuída às Autoridades Tradicionais, estas foram, na sua maior parte, relegadas para segundo plano ou, simplesmente, marginalizadas. Apesar da repressão, a sua marginalização não foi total, havendo zonas onde estas Autoridades Tradicionais sobreviveram à repressão e algumas serviram de base para a formação dos Grupos Dinamizadores.

Apesar de a Frelimo ter combatido veementemente as Autoridades Tradicionais em algumas áreas de Moçambique como é o caso de Moatize, o apoio prestado por muitas dessas Autoridades Tradicionais ao movimento guerrilheiro da Frelimo durante a luta de libertação, contribuiu para delinear o tipo de relações futuras entre as Autoridades Tradicionais e os Grupos Dinamizadores. O Distrito de Moatize mostra como os secretários dos Grupos Dinamizadores foram na sua maioria descendentes das linhagens dos antigos chefes tradicionais.

Com a entrada em vigor da nova Constituição da República, em 1990, que contemplava a participação da sociedade civil na vida política do país, observou-se o surgimento de partidos políticos e organizações sociais. Aliado a isto, em 1992 a Frelimo e a Renamo assinaram em Roma o Acordo Geral de Paz. É neste contexto de abertura política que, no mesmo ano, surgiu o debate em torno da necessidade de reconhecimento e integração das Autoridades Tradicionais, muito embora as primeiras discussões sobre as Autoridades Tradicionais, tenham iniciado em 1988. Entretanto, em Moatize o impacto deste debate

foi irrelevante uma vez que as Autoridades Tradicionais já se encontravam, de certa forma, enquadradas na estrutura administrativa do Estado.

## INDICE

Declaração	
Dedicatória	
Agradecimentos	
Abreviaturas utilizadas	
Resumo	
Introdução	
CAPÍTULO 1 .....	2
1.1. <i>Objectivos</i> .....	2
1.2. <i>Motivação e Justificação</i> .....	2
1.3. <i>Metodologia e Fontes</i> .....	3
1.4. <i>Revisão Bibliográfica</i> .....	4
1.4.1. <i>Autoridades Tradicionais</i> .....	4
1.4.2. <i>Grupos Dinamizadores</i> .....	7
1.4.3. <i>Autoridades Tradicionais e Grupos Dinamizadores</i> .....	9
1.5. <i>Teorização</i> .....	11
1.6. <i>Periodização</i> .....	12
1.7. <i>Hipóteses</i> .....	15
CAPÍTULO 2 .....	16
2.1. <i>Localização Geográfica do Distrito de Moatize</i> .....	16
2.2. <i>Composição Étnica da população local</i> .....	16
2.3. <i>Autoridade Tradicional: origens</i> .....	18
2.3.1. <i>Autoridade Tradicional na primeira fase do colonialismo imperialista</i> .....	23
2.3.2. <i>As Reformas de 1961 e a Autoridade Tradicional</i> .....	27
2.3.3. <i>A Autoridade Tradicional e os aldeamentos coloniais</i> .....	29
2.3.4. <i>A Guerra Colonial e a posição da Autoridade Tradicional</i> .....	34
2.4. <i>O Régulo Sipanela</i> .....	36
CAPÍTULO 3 .....	40
3.1. <i>Grupos Dinamizadores: Breve Historial</i> .....	40
3.2. <i>Composição dos Grupos Dinamizadores</i> .....	43
3.3. <i>Tarefas dos Grupos Dinamizadores</i> .....	47
CAPÍTULO 4 .....	54
4.1. <i>Relacionamento: Autoridades Tradicionais e Grupos Dinamizadores</i> .....	54
4.2. <i>Dos discursos oficiais à prática: sobre o banimento do poder tradicional no pós-independência</i> .....	57
4.3. <i>Moatize a Guerra Civil e o Posicionamento da Autoridade Tradicional</i> .....	60
CAPÍTULO 5 .....	63
<i>Considerações finais</i> .....	63
<i>Bibliografia</i> .....	1
<i>Anexos</i> .....	

## CAPÍTULO 1

### *1.1. Objectivos*

O objectivo geral do presente trabalho é contribuir para o estudo da evolução político-administrativa do poder local (Autoridades Tradicionais e Grupos Dinamizadores) ao nível do país.

Os objectivos específicos são :

- entender como é que as autoridades coloniais e independentes organizaram o processo do poder local;
- ver até que ponto as políticas da Frelimo, a nível local, influenciaram a evolução político-administrativa destas duas formas de poder;
- entender porque é que os Grupos Dinamizadores foram estruturados como base de organização que pudesse substituir as Autoridades Tradicionais e apreender em que medida a substituição se efectivou;
- compreender as razões do tipo de relacionamento existente entre as Autoridades Tradicionais e os Grupos Dinamizadores.

### *1.2. Motivação e Justificação*

Os factores que me levaram a abordar este tema são:

- existência de poucos estudos que estabeleçam uma relação directa entre as Autoridades Tradicionais e os Grupos Dinamizadores;

- conhecimento da língua local, o xi-nhúngue, e da área de estudo;
- importância sócio-económica do Distrito de Moatize, devido a existência da empresa Carbomoc, que influenciou o seu percurso político;

Para além dos aspectos acima mencionados importa referir que durante a luta de libertação, ao contrário de algumas áreas a sul do Zambeze, tanto a Frelimo como as tropas portuguesas necessitavam de obter apoio da população de Moatize, tendo feito incursões significativas. Essas incursões justificavam-se por inúmeras razões. Por um lado, o distrito tinha uma presença europeia significativa e muitas estradas atravessavam o território; por outro, era um importante pólo de atracção económica, pois possuía uma linha férrea - que liga Moatize a Sofala- e uma estrada que liga o distrito ao Malawi.

Aliado a isto, Moatize foi um dos locais "privilegiados" pela administração colonial na construção de aldeamentos e, por isso, surgiu a necessidade de aprofundar os conhecimentos ligados à influência que os mesmos tiveram no seio das Autoridades Tradicionais.

### *1.3. Metodologia e Fontes*

A metodologia empregue consistiu na revisão bibliográfica, que passou pela leitura da documentação teórica relativa à Autoridade Tradicional e GD's e entrevistas semi-estruturadas.

A pesquisa de campo foi feita nos 6 bairros da vila de Moatize e baseou-se na realização de entrevistas semi-estruturadas. Entrevistei todos os secretários dos bairros, alguns representantes das Autoridades Tradicionais - parentes de antigos régulos, mfumos, sipaios, cabos de terra-, anciãos, elementos da comunidade local, membros das Organizações Democráticas de Massas (OJM, OMM) e funcionários da Administração

Distrital. Não abordei todos os bairros da mesma maneira. Privilegiei o bairro Chithatha, local em que vivia o principal régulo da vila, Sipanela.

Recorri também às fontes primárias: orais (citadas anteriormente) e escritas resultantes das consultas de material bibliográfico no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Biblioteca da Faculdade de Letras, Ministério da Administração Estatal (MAE), Centro de Estudos Africanos (CEA), Arquivo Morto da Agência de Informação de Moçambique (AIM) e Biblioteca do Comité Central do Partido Frelimo.

#### *1.4. Revisão Bibliográfica*

##### *1.4.1. Autoridades Tradicionais*

Por forma a enquadrar melhor a discussão que se segue, a revisão da literatura está dividida em duas partes, sendo que na primeira abordo o conceito de Autoridade Tradicional e na segunda apresento as posições dos diferentes autores relativamente as Autoridades Tradicionais. Diferentes autores procuram definir o conceito de Autoridade Tradicional. Uns apenas relacionam a Autoridade Tradicional à presença portuguesa, outros, porém, apesar de reconhecerem que a Autoridade Tradicional é anterior à colonização, afirmam que para compreender este conceito é sempre necessário recorrer à colonização.

Dinerman (2000:1), definiu *autoridades tradicionais e seus equivalentes funcionais* (por exemplo, “*chefes tradicionais*”, “*hierarquias tradicionais*”) como sendo *todo o conjunto de pessoas que reivindicam inscrever-se sob títulos reais pré-coloniais e/ou coloniais*.

Segundo o *Dicionário de Ciências Sociais* (1986:1254), Autoridade é entendida como *capacidade inata ou adquirida, manifestada por um indivíduo ou grupo e expressa em símbolos, de exercer ascendência sobre outros indivíduos ou grupos que a aceitam voluntariamente*.

O termo *tradicional*, vem de tradição, que, segundo o mesmo Dicionário, (1986:1254) é em sentido restrito, *um termo neutro empregado para designar transmissão oral, por meio da qual certas crenças passam de geração em geração[...]*.

O conceito de Autoridade surge sempre associado ao de Poder que, no dizer de Weber, citado por Balandier (1987:45) *é a possibilidade dada a um actor no seio de uma relação social determinada, de estar em condições de a dirigir à sua vontade*. Assim, a função de todo o Poder, *é basicamente, dirigir uma determinada sociedade, usando por vezes a coacção*. Assim, Autoridade e Poder associam-se, apesar de o Poder incluir persuasão e, tardiamente, a coacção.

Pelas razões acima apresentadas usarei indistintamente, ao longo do trabalho, as designações Autoridade e/ou Poder Tradicional. De igual maneira, usarei o conceito de Autoridade Tradicional considerada e instituída pela administração colonial por se enquadrar melhor na discussão que pretendo desenvolver, pois, acima de tudo, para a administração colonial a legitimidade dos chefes tradicionais por ela nomeados nunca era um requisito sem o qual não se podia nomear um chefe, mas um que o sentido prático impunha, porque um chefe ilegítimo não tinha geralmente autoridade, mas podia agir para os interesses coloniais. Em alguns casos, aquando da nomeação de um chefe ilegítimo, as comunidades locais eram obrigadas a reconhecer tais autoridades.

Abrahamsson e Nilsson (1992:255) constataram que a Autoridade Tradicional é a estrutura base das sociedades africanas, tendo no topo hierárquico certas famílias dominantes. Dentro da mesma abordagem, estes autores falam da ligação existente entre as Autoridades Tradicionais e o regime colonial.

Lobo (1961:24-25), um administrador colonial, ao falar da Autoridade Tradicional em Moçambique, desde os fins do século XIX ao princípio do século XX, discorreu sobre a legislação colonial e a influência que a mesma teve sobre a Autoridade Tradicional. Apesar de reconhecer que a Autoridade Tradicional é anterior à colonização portuguesa, e não resultado dela, afirmou que só se pode apreender a evolução desta forma de poder, partindo

dos interesses do aparelho administrativo colonial, que a transformaram numa instituição legal da sua governação, nem sempre legitimada perante a população.

Dos estudos recentes do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, referências vão para as teses de Mbilana (1996:37 et seqs.), Dava (1997:59 et seqs.) e Manganhela (1998: 57 et seqs.), que falaram do papel ambíguo da Autoridade Tradicional, como elemento da administração colonial e como representante legal da sua comunidade perante a administração colonial, muito embora Manganhela realce a questão da legitimidade das Autoridades Tradicionais.

Para o caso da Autoridade Tradicional em Tete, Borges Coelho (1989:24), a partir de um estudo sobre o início da luta armada nesta província, constatou que os régulos<sup>1</sup> eram indicados quer pela população local, segundo as normas de sucessão particulares, quer pelas autoridades administrativas, segundo as suas conveniências. Mas em qualquer dos casos, eram sempre as autoridades coloniais que os confirmavam.

Das leituras efectuadas, constatei que apenas Dinerman procurou dar uma definição de Autoridade Tradicional mais aproximada e compatível com a realidade moçambicana considerando que, no seio da Autoridade Tradicional, existiram chefes nomeados de acordo com as regras de sucessão de cada grupo étnico e os que foram nomeados segundo os interesses do regime colonial. Borges Coelho, Abrahamsson e Nilsson apesar de não definirem 'Autoridade Tradicional perfilham da mesma ideia, posição que também é sustentada por Manganhela, Dava e Mbilana.

Assim, considerarei a Autoridade Tradicional como um grupo de chefes tradicionais (legítimos ou não), empossados pela administração colonial, para servirem de veículo de transmissão das directrizes políticas da administração colonial. Estes são os chefes

---

<sup>1</sup> Já na literatura do século XVIII encontrava-se este termo. Foi difundido e divulgado com a ocupação colonial, de uma forma pejorativa. Na Guiné Bissau e Timor Leste e Moçambique, eram designados régulos, todos os indivíduos, indicados pelo governo colonial, para dirigirem as comunidades rurais, independentemente da sua aceitação e legitimidade, por parte das comunidades. Neto, 1963:109-110. Em Angola utilizaram o termo "Soba".

legitimados por cada grupo étnico e os escolhidos pela administração colonial, que conseguiram trabalhar de modo a satisfazer os interesses do regime vigente. Isto não invalida a posição de certos chefes tradicionais que tentavam sempre velar pelos interesses da sua comunidade. Mesmo assim, a Autoridade Tradicional acabou sendo um grupo homogéneo, a partir do momento em que os chefes tradicionais - para o serem de facto - dependeram da imposição colonial.

Das várias obras que se enquadram no actual debate levado a cabo pelo Ministério da Administração Estatal, destaco as contribuições de Lundin (1998:37-93), Mutaquinha (1998:9-18) e Ó da Silva (1998:19-33), que retrataram a problemática da Autoridade Tradicional sob vários aspectos, com base em certas realidades como é o caso de Tete, Manica, Sofala e Nampula. Na mesma vertente, destaco Magode (1995:33-51), Alfane (1995:53-65), Roque (1995:99-107) e Alves (1995:71-87), que focaram o tema partindo do período colonial até o momento actual. Todos estes não discutiram o conceito nem a legitimidade, mas procuraram delinear o futuro das Autoridades Tradicionais dentro da estrutura política actual. Isto é, estudaram as Autoridades Tradicionais, para poderem analisar a melhor forma de integrá-las numa democracia multipartidária.

Estas abordagens surgiram depois da entrada em vigor da nova constituição da República em 1990, portanto apareceram no momento em que a Frelimo iniciou o debate em torno do reconhecimento das Autoridades Tradicionais.

#### *1.4.2. Grupos Dinamizadores*

Em relação aos Grupos Dinamizadores antes de destacar as diferentes posições de alguns autores, primeiro apresentarei uma definição. De um modo geral poucos autores o definiram de forma precisa. Uns procuraram dar uma definição que se identificava com a linha política da Frelimo, outros fizeram uma análise mais aprofundada, tendo sempre em conta a evolução política da Frelimo, que condicionou a realidade político-social do país.

Durante o Governo de Transição -Setembro de 1974 a Junho de 1975- a Frelimo formalizou a criação dos Grupos Dinamizadores. Estes, eram grupos formados por 8 a 10 pessoas, escolhidas em reuniões públicas, nos locais de trabalho, nos bairros urbanos ou mesmo nas comunidades locais, em todo o País e nas zonas rurais, eram os substitutos dos antigos régulos coloniais. A escolha dos membros era feita por votação de braço no ar.

Vieira (1983:78) considerou que os Grupos Dinamizadores foram uma das melhores escolas práticas do exercício de poder e democracia, porque ajudaram o povo a solidificar a sua grande conquista que foi a independência.

Segundo Brito (1995:5) os Grupos Dinamizadores foram estruturas de base criadas pela Frelimo para servirem de *transmissores das decisões da direcção do partido e do Estado* e para *dirigirem e canalizarem a enorme energia social que se tinha libertado com a queda do regime português pondo-a ao serviço do projecto político da Frelimo*. Brito argumentou também que a compreensão da história dos Grupos Dinamizadores passava pela análise da própria história da Frelimo que ao criar os Grupos Dinamizadores atravessava um período político difícil, pois tinha que se fortalecer como partido político e simultaneamente estender a sua influência ao longo do território. Estes factores contribuíram para a falta de clareza relativamente à importância e papel tanto das Autoridades Tradicionais como dos Grupos Dinamizadores.

Egerö (1992:82), afirmou que os Grupos Dinamizadores sobreviveram enquanto a Frelimo precisou de garantir a sua presença ao nível da base. Por isso mesmo, a medida que o partido se foi estruturando melhor, os Grupos Dinamizadores foram sendo substituídos por células, comités e conselhos de produção (nos locais de trabalho), para além das Organizações Democráticas de Massas.

A posição de Grupos Dinamizadores defendida por Vieira, tem de ser vista sob a perspectiva de uma análise teleológica, pois faz parte da tónica dos discursos da Frelimo no pós-independência. Enquanto que Brito analisou a criação dos Grupos Dinamizadores avaliando sempre a própria história da Frelimo.



Para melhor compreender os Grupos Dinamizadores é necessário ter em conta que estes se enquadram no processo de formação da Frelimo como partido único, por isso mesmo estes não passaram de unidades políticas criadas pela Frelimo, durante o governo de transição, que tinham como principal objectivo garantir/divulgar a presença da Frelimo ao nível da base.

#### *1.4.3. Autoridades Tradicionais e Grupos Dinamizadores*

Pelo menos seis autores abordaram especificamente o relacionamento entre as Autoridades Tradicionais e os Grupos Dinamizadores.

Lundin (1992:27) e Alexander (1994:48-49), relataram que em diferentes pontos do país funcionários do governo local disponibilizaram-se em criar alianças com o Poder Tradicional, tendo como pano de fundo o garante da ordem social, do desenvolvimento rural, do bem-estar social e, até mesmo da combinação dos três factores.

Em Nampula, Dinerman (2000:51), constatou que a oportunidade que os régulos tiveram de continuar a exercer o seu poder por outros meios, deveu-se também ao facto do Governo da Frelimo ter mantido as divisões administrativas herdadas do período colonial e também porque a emergente administração estatal local trabalhou com e através de velhas estruturas para estabelecer novas.

Geffray (1991:19 et segs.), ao analisar as causas da guerra civil em Moçambique, fez uma outra abordagem da relação entre o Poder Tradicional e o formal enfatizando que a adesão de alguns chefes tradicionais ao movimento guerrilheiro da Renamo, deveu-se ao seu descontentamento com a marginalização a que estavam sujeitos e salientou que, logo que a Frelimo descobriu tal estratégia procurou também chamar a si alguns chefes tradicionais.

Para Mbilana (1996:37), em Marracuene, muito embora tenham ocorrido transformações notórias no seio da Autoridade Tradicional no pós-independência, esta compartilhou

sempre os mesmos espaços de governação com os Grupos Dinamizadores. Mbilana concluiu também que o Poder Tradicional foi sempre um "Poder na Sombra" da governação dos Grupos Dinamizadores.

Ó da Silva fez um trabalho de campo na província de Tete, nos distritos de Changara, Songo e Moatize, e concluiu que, as relações entre os Grupos Dinamizadores e as Autoridades Tradicionais nunca foram amistosas. Apesar de ser um trabalho recente, esta constatação é bastante genérica, porque o trabalho por ele realizado estava inserido numa pesquisa piloto do Ministério da Administração Estatal e, a pesquisa de campo realizada para este trabalho, provou o contrário.

É preciso ter em conta que os trabalhos realizados ao nível do Ministério da Administração Estatal, fazem parte do período em que a Frelimo já havia começado a reconhecer o papel das Autoridades Tradicionais e, por isso mesmo lançou um debate visando estudar a melhor forma de enquadrá-las num ambiente político multipartidário. Nesta perspectiva, partiu sempre do princípio de que o relacionamento entre as Autoridades Tradicionais e os Grupos Dinamizadores (de ora em diante GD's) era hostil e, que o reconhecimento/enquadramento das Autoridades Tradicionais na estrutura administrativa do Estado seria a solução para as desavenças existentes entre estas duas formas de poder.

Muitos académicos procuraram compreender a questão da Autoridade Tradicional, sua legitimidade, estrutura, dinâmica bem como a sua posição no pós-independência. Contudo, só muito recentemente (após a abertura política em 1990) as diferentes causas do tipo de relacionamento entre as Autoridades Tradicionais e os GD's, começaram a ser abordadas pelos académicos.

O tipo de relacionamento que se criou entre as Autoridades Tradicionais e os Grupos Dinamizadores dependeu, em certa medida, da relação que se estabeleceu entre as Autoridades Tradicionais e os elementos do movimento guerrilheiro da Frelimo, durante a luta de libertação de Moçambique. Pois, foi a partir desta altura que o desenvolvimento da

história da Frelimo passou a influenciar directamente na posição e no percurso político das Autoridades Tradicionais.

### *1.5. Teorização*

Autoridades Tradicionais e GD's, são duas formas de poder caracterizados por uma certa fragilidade, no que respeita à sua criação e evolução política.

Para além da fragilidade, que tipo de relação se pode estabelecer considerando que os GD's surgiram também para acabar com o Poder Tradicional?

Em Moçambique é ideia assente que as relações entre os GD's e as Autoridades Tradicionais não são amistosas. Todavia, analisando a evolução histórica dos discursos da Frelimo, descortinam-se vestígios de um certo paralelismo nas relações que se criaram entre estas duas formas de poder.

A independência trouxe ideais que visavam a criação do homem novo e a conseqüente destruição de certas realidades consideradas "supersticiosas" e ligadas ao colonialismo, como é o caso da Autoridade Tradicional. Contudo, foi durante a construção do Estado da Frelimo, que se denotaram manobras que visavam criar espaços conducentes ao estreitamento das relações entre o Poder Tradicional e os GD's.

Apesar da Frelimo ter combatido veementemente a Autoridade Tradicional no pós-independência, em algumas zonas do País, como Moatize, o apoio prestado pelos régulos ao movimento guerrilheiro durante a luta de libertação contribuiu para o início do delineamento do tipo de relações futuras, entre a Autoridade Tradicional e os GD's. Isto porque os régulos locais que colaboraram com a Frelimo durante a guerra colonial, puderam sempre indigitar um familiar seu para membro dos GD's.

### *1.6. Periodização*

Para periodizar esta temática e enquadrar melhor a minha abordagem, apresento uma proposta de periodização que parte do século XVIII. Nesta perspectiva baseei-me nos diferentes acontecimentos que marcaram a cena político-administrativa do Distrito de Moatize uma vez que na primeira parte do trabalho faço referência as primeiras estruturas sócio-económicas e administrativas que remontam ao século XVI.

Nesta perspectiva o espaço cronológico foi dividido em três períodos a saber: período pré-colonial, do século XVIII a 1890, período colonial de 1890 a 1974 e de 1974/5 a 1992, pós independência. O primeiro período, está relacionado com os primeiros contactos dos africanos com os portugueses o segundo relaciona-se com a evolução político-administrativa da Autoridade Tradicional e o terceiro abarca o surgimento dos GD's e a sua vivência política. Cada período apresenta seus marcos históricos.

#### Primeiro período: Século XVIII a 1890

Às capitâneas das feiras primeiro e dos Bares depois seguiram-se os Prazos da Coroa no século XVII. Com o regime dos prazos desenvolveu-se o comércio de marfim e de escravos, para além do início dos primeiros contactos dos portugueses com as autoridades africanas. Em 1836 foram descobertas as minas de carvão de Moatize que deram uma dinâmica própria a vida política do distrito que passou a ser um ponto de referência das actividades reprodutoras de riqueza ao nível do país. Mais tarde foram criados os comandos militares e capitâneas-mor, que foram as primeiras estruturas político-administrativas. Nos fins do século XIX instituíram-se as primeiras circunscrições e concelhos

#### Segundo período: 1890 a 1974

Na primeira fase deste período o destaque vai para o desenvolvimento do trabalho migratório para as plantações de açúcar, em 1895, exploração de carvão pela Companhia

Hulheira da Zambézia que fracassou tendo-se formado a "Zambezi Mining Development" que mais tarde recorreu ao grupo Belga "Societe Miniere du Zambeze" em 1923.

De 1907 a 1914, foram formuladas as concepções teóricas sobre a integração das autoridades africanas. Neste período, delineou-se tudo o que ditou a real posição da Autoridade Tradicional dentro do aparelho administrativo colonial. É nesta perspectiva que em 1933 foi feita a Reforma Administrativa Ultramarina (RAU) que enquadrou a Autoridade Tradicional existente e a sua legislação e regulamento na estrutura administrativa colonial. Em 1961, o destaque vai para as Reformas de Adriano Moreira, que marcaram uma viragem na definição da estrutura administrativa dos africanos e mantiveram a Autoridade Tradicional transformando os régulos em regedores.

De 1961 a 1970, evidencio a construção dos aldeamentos e o início das discussões sobre o poder local nos aldeamentos coloniais. Com a eclosão da luta armada o governo colonial centrou suas atenções no controle das Autoridades Tradicionais, para impedir que estas apoiassem o movimento guerrilheiro da Frelimo. Mesmo assim no Distrito de Moatize, alguns régulos apoiaram à Frelimo, clandestinamente.

Com o fim da luta armada em 1974 formou-se o Governo de Transição e com ele foram criados os GD's. Após a sua criação a Frelimo recusou-se a trabalhar com as Autoridades Tradicionais.

Terceiro período: 1975-1992

Em 1975 Moçambique tornou-se independente e a Frelimo enfatizou a necessidade de combater todos os vestígios do regime colonial, tais como, a preguiça, o lobolo, o obscurantismo, o alcoolismo, a prostituição, a indisciplina e, principalmente, às Autoridades Tradicionais.

Neste período a Frelimo estava a organizar-se com o objectivo de se transformar em partido político. Assim, procurou purificar as suas fileiras em 1977 realizou o IIIº

Congresso, no qual a passou de frente de libertação para um partido de vanguarda. Depois disso, os GD's começaram a ser gradualmente substituídos ou complementados, pelas células, comités. Em Moatize os GD's participaram na formação destas novas estruturas.

O Congresso definiu também que o trabalho das células e dos comités devia ser complementado pelas Organizações Democráticas de Massas que tinham como principal tarefa mobilizar alguns sectores específicos da sociedade, como é o caso da mulher e da juventude.

De 1977 a 1983 Frelimo procurou implementar as resoluções do IIIº Congresso. Assim, o Aparelho do Estado foi reestruturado com vista a assumir as suas funções. Todavia, o país apresentava um outro cenário social. Quase todo o território encontrava-se mergulhado numa guerra civil e a fome alastrava e agudizava-se.

A guerra obrigou a Frelimo a moderar a sua radicalização em relação a certas políticas ligadas as Autoridades Tradicionais. Os conselhos de produção foram encorajados e estendidos para o resto do país. Em Moatize, mais concretamente na Carbomoc, os conselhos de produção foram criados em 1983.

Em 1983 realizou-se o IVº Congresso da Frelimo. Ao contrário do que o partido esperava, este não serviu para fazer a avaliação das resoluções emanadas no Congresso anterior. Foi sim, um congresso virado para a procura de soluções para acabar com a guerra e a fome, seguido pela operação produção que também teve algum impacto em Moatize.

De 1983 a 1992, notaram-se mudanças na estrutura administrativa. Em Outubro de 1986 morreu o presidente Samora Machel. Este ano, abriu uma nova etapa naquilo que eram os discursos da Frelimo em relação ao Poder Tradicional.

Note-se que apesar da Frelimo estar preocupada com a guerra, ainda não considerava oportuna a criação de políticas favoráveis à integração da Autoridade Tradicional na sua

governação e Samora Machel, pelo menos oficialmente, parecia “implacável” nesse aspecto.

Com a nomeação de Joaquim Alberto Chissano, para presidente da República em 1987, a Frelimo introduziu o Programa de Reajustamento Económico (PRE), as já iniciadas tentativas de conversação entre a Frelimo e a Renamo, tomaram outro rumo. A questão da integração da Autoridade Tradicional na governação da Frelimo continuou a não ser assunto prioritário. Em 1990, a nova Constituição da República, estabeleceu a participação da sociedade civil na vida política do País mas não concretizada de imediato. Só depois da assinatura do Acordo Geral de Paz em Outubro de 1992 é que a Frelimo começou a dar relevância às Autoridades Tradicionais e, lançou um debate em torno do seu reconhecimento.

### *1.7. Hipóteses*

1. Os Grupos Dinamizadores foram uma continuidade das Autoridades Tradicionais;
- 2- Tanto as Autoridades Tradicionais como os GD's são dinâmicos em relação às políticas da Frelimo.

Antes da realização da pesquisa de campo parti da hipótese segundo a qual, a base social e de sobrevivência dos GD's assentava na Frelimo. Após a realização da mesma, verifiquei que, para além da Frelimo, os GD's apoiaram-se em grande medida nas forças locais (incluindo as Autoridades Tradicionais).

## CAPÍTULO 2

### AUTORIDADE TRADICIONAL

Este capítulo aborda a evolução político-administrativa da Autoridade Tradicional, desde as suas origens, passando pelo impacto das reformas introduzidas no período colonial, até a luta de libertação de Moçambique.

#### *2.1. Localização Geográfica do Distrito de Moatize<sup>2</sup>*

#### *2.2. Composição Étnica da População Local*

O Distrito de Moatize, situa-se entre os paralelos 15° 36' e 16° 63', de latitude sul, e 33° 36' e 34° 54', de longitude este. A Norte é limitado pelos Distritos de Chiúta e Tsangano e a Sul pelo Distrito de Mutarara. A Este confina com a República do Malawi. A Oeste confina com o Distrito de Tete e está separado da Província de Manica, pelo rio Zambeze. Conta com 3 postos administrativos: Moatize (sede)<sup>3</sup>, Cambulatsitsi e Zóbué.

A Vila de Moatize localiza-se a 20 Km a Este da Cidade de Tete, ao longo da estrada nacional N° 103. Possui uma população estimada (no ano 2000) em 18.820 habitantes e uma área aproximada de 373,75 Km, com uma densidade aproximada de 6 pessoas por Km<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Informação adaptada a partir das brochuras do INE 2000: 1 e da Administração do Distrito de Moatize 2000: I e passim.

<sup>3</sup> O trabalho de campo, foi efectuado na sede do distrito que está dividida em 6 bairros e 20 unidades, sendo Liberdade, com 3 unidades, Bagamoyo, com 6 unidades, 25 de Setembro e 1° de Maio com quatro unidades cada uma, Chipanga com uma unidade e Chithatha com duas unidades (veja Administração do Distrito de Moatize 2000: I). Recebeu a designação de Unidade o conjunto de casas, composto por 400 famílias, correspondente a 2000 pessoas. A sua criação dependia do critério do Grupo Dinamizador local (Veja Frelimo 1979:12).

Para falar da composição étnica da população de Moatize, vou primeiro olhar para a Província de Tete de uma maneira global. Esta província apresenta um mosaico étnico peculiar.

Apesar da referida complexidade étnica, 3 grandes agrupamentos étnicos se destacam:<sup>4</sup> Primeiro os pertencentes a confederação Marave, localizados a Norte do rio Zambeze, com excepção das duas faixas Nguni, dos distritos da Angónia e da Macanga. Estes são povos de tradição matrilinear.

Os Marave por sua vez, subdividem-se em 3 grupos: Nyanja, Chewa e Nsenga. Sendo que os Nyanja estão localizados no Distrito de Mutarara (a sul de Tete), os outros dois segmentos estão na República do Malawi e Zâmbia.

Os Chewa, que também são um grupo maioritário, subdividem-se em dois principais segmentos: Chipeta e Zimba (localizados nos distritos da Marávia e Macanga respectivamente) e os Nsenga que são a 3ª ramificação Marave, estão localizados nos actuais distritos da Marávia e do Zumbo.

O 2º grupo, está localizado a Sul do rio Zambeze, são povos de tradição patrilinear, de origem Shona Karanga: Tawara (nos actuais Distritos de Changara, Cahora Bassa e Mágoe) e os Zezuro (na parte ocidental do Distrito de Mágoe).

Seguindo o curso do rio Zambeze estão os povos que se foram estabelecendo ao longo do rio e possuem culturas específicas, resultantes tanto da influência matrilinear, como patrilinear, estes são os Chicunda,<sup>5</sup> que estão espalhados pelos rios Aruangua, Zambeze e Chire. Para além dos Chicunda encontram-se os Nhúngue que estão localizados em volta da Cidade de Tete, os Sena, em menor número (no Distrito de Mutarara), os Dema<sup>6</sup> e

---

<sup>4</sup> As informações dos parágrafos que se seguem, são baseados em Borges Coelho 1993: 30-31 e Rita-Ferreira, 1958: 61-67.

<sup>5</sup> Segundo Rita-Ferreira 1958: 157 o nome deriva do verbo Shona Ku-Kunda, que significa derrotar, difundiu-se entre 1650-1750. Fazem parte deste grupo, diferentes agrupamentos étnicos: Sena, Chewa, Nsenga, Maganja, Zezuro, Bárue. Grilo, considerou os Chicunda, "*a única expressão de sincretismo cultural luso-africano, existente em Moçambique*". Veja Grilo 1972: 58. Adiante, fornecerei mais detalhes sobre este grupo.

<sup>6</sup> Das entrevistas efectuadas verifiquei que a maior parte dos entrevistados pronunciava ndema e afirmaram que

Tande, na parte sudoeste em volta do Distrito de Zumbo, e os Pimbe, na margem esquerda do rio Zambeze, entre os rios Capoche e Mucanha.

Os Nhúngue ocupam actualmente a região central de Tete, estendendo-se ao Distrito de Moatize. Fazem parte de um grande complexo que Rita-Ferreira designou Povos do baixo Zambeze. Para além dos Nhúngue,<sup>7</sup> estão inclusos neste grupo os Chuabo e os Sena

Apesar de existirem diferenças nos sistemas de organização e parentesco, a tradição dominante entre os Nhúngues de da Província de Tete é a matrilinear.

Em relação as línguas faladas no Distrito de Moatize, para o caso da vila o xi-nhúngue é a língua predominante, seguido do xi-sena no posto administrativo de Cambulatsitsi<sup>8</sup> e ainda o xi-ndau e o xi- cewa, em algumas áreas.

### *2.3. Autoridade Tradicional: origens*

Como defini anteriormente, a Autoridade Tradicional que retrato neste trabalho refere-se a todo um grupo de pessoas (legitimadas ou não pela população local), nomeadas pela administração colonial, para servirem de base à sua governação. Neste grupo estão inclusos, chefes locais que outrora exerceram suas funções com base nas tradições de cada grupo étnico. As designações de cada chefe e seus súbditos, variam de região para região.

---

um número significativo da população pertencente a este grupo étnico localizavam-se actualmente no Distrito de Cahora Bassa. Ó da Silva (1998:25), identificou este grupo como ademas, que se localizam actualmente no Distrito de Cahora Bassa.

<sup>7</sup> Para mais detalhes sobre este grupo étnico veja Eliseu & Medeiros, 1991: 169-184. e Thompson 1939: 83-98.

<sup>8</sup> A existência de senas no Posto Administrativo de Cambulatsitsi, é resultado do recrutamento de mão-de-obra, para a construção da linha férrea, que liga Moatize e Sofala. Entrevista, Alfinete Manuel Dinga, bairro liberdade, 27/08/00.

Em Moatize o chefe máximo é designado nhacuáua,<sup>9</sup> que corresponde a designação de régulo.

Para Balandier (1987:45-46), todas as sociedades necessitam de um poder político, e consequentemente de hierarquias e relações instauradas entre os indivíduos. Assim, o poder é algo indispensável dentro das sociedades, e uma vez instaurado exige o consentimento e uma certa reciprocidade por parte da comunidade. Considerou ainda este autor que a existência de hierarquias nas comunidades, deriva da necessidade destas se organizarem melhor.

Lobo (1961: 24-25), considerou a definição e origem da Autoridade Tradicional como uma questão complexa partindo do princípio que as sociedades africanas, têm como base a família, derivando daí uma vida comunitária "consensual". Atestou ainda este autor, para a dificuldade existente quando se pretende separar sociedade de chefe tradicional. Acrescentou ainda que, dentro da sociedade o chefe não pode ser visto como algo isolado, dado que ele representa a lei colectiva e é representante dos seus ancestrais.<sup>10</sup>

De acordo com alguns dos entrevistados a legitimidade da Autoridade Tradicional, nunca devia ser questionada, uma vez que ela existe em muitas sociedades moçambicanas. Do mesmo modo, a maior parte dos entrevistados considerou que a escolha de um chefe tradicional resultava de dois aspectos: primeiro da confiança nele depositada pelo povo e segundo da crença existente no seio da comunidade, da existência de facilidade na comunicação com o mundo dos antepassados.<sup>11</sup> Segundo Pedro Pinto Bucó:

---

<sup>9</sup> Contudo este termo é antigo, já no século XVII aquando do sistema dos prazos os portugueses usaram-no para designar, chefes africanos locais, que tinham determinada importância. Nessa altura o nhacuáua, não servia para designar o chefe máximo. Como um dos maiores objectivos da presença portuguesa em Moçambicana foi o de encontrar formas de moldar os chefes africanos locais, actualmente o nhañcuáua, designa o chefe superior, na hierarquia tradicional de Moatize. Para mais detalhes Veja Newitt 1973:171.

<sup>11</sup> A maior parte dos entrevistados afirmou ser típico das sociedades moçambicanas, ter um chefe político, religioso, que garanta a boa vivência da comunidade, e para o caso de Moatize, existiu unanimidade também em relação a naturalidade dos chefes tradicionais, que são naturais do local.

*antes da chegada dos portugueses já existia um determinado tipo de organização, que se chamava "Tsapanda"<sup>12</sup>, e quando eles chegaram foram andando por todas as zonas procurando saber quem eram os chefes de cada área, e consoante o nome do rio ou da zona em que viviam, foram dando os respectivos nomes. Por exemplo, quando aqui chegaram perguntaram a que área pertencia um chefe, do qual não me lembro o nome e as pessoas responderam dizendo que pertencia ao rio Moatize e eles assim deram o nome de Moatize a toda esta zona<sup>13</sup>.*

Para Rita-Ferreira (1958:160), um autor com experiência na administração colonial, a governação do chefe tradicional é sempre coadjuvada por corpos consultivos, que tem como função ajudar na tomada de decisões, mas acima de tudo a comunidade é quem garante a legitimidade da Autoridade Tradicional.

Nesta perspectiva, a Autoridade Tradicional deriva da família que é o núcleo. Surge com a necessidade de existência de uma determinada forma de organização, no seio de uma comunidade. Decorrendo daí o facto das chefias tradicionais necessitarem de uma certa crença, por parte dos súbditos, crença essa, que assenta na possibilidade de poder comunicar com os antepassados.

Como acontece um pouco por todo o país, a Autoridade Tradicional, tem suas "nuances", mas ao que tudo leva a crer a família o clã, a religião, as linhagens dominantes formam o núcleo desta forma de poder político, que foi sofrendo metamorfoses ao longo dos tempos. Falarei em seguida das origens da actual Autoridade Tradicional do Distrito de Moatize.

Segundo Pinhal (1971:187-191), no início do séc. XVI, os portugueses estabeleceram-se na costa de Moçambique e criaram entrepostos comerciais em Sena e Tete (cerca de 1530) e Quelimane (uma década depois). Nas duas décadas que se seguiram, o vale do Zambeze, constituiu a sua principal rota de penetração para o interior. A área era designada Rios de Sena e estava dividida em três capitânias: Tete, Sena e Quelimane. No século XIX o termo capitania foi substituído por Distrito e houve uma tendência de subdividir os rios de Sena

---

<sup>12</sup> Da bibliografia consultada, relativamente as primeiras formas de organização tradicional nesta zona, nenhum dos autores, fez referência a esta forma de organização. O que pode ter acontecido é que alguns dos entrevistados podem ter retido certas terminologias, relativas a outras regiões e outras formas de organização. Por exemplo o termo Tsapanda no Distrito de Chemba Província de Sofala serve para designar um chefe subalterno do régulo, que tem sob seu controle um certo número de fumos. Veja Administração do Distrito de Chemba 2001:1.

<sup>13</sup> Entrevista, Pedro Pinto Buco, secretário do bairro 25 de Setembro, sede do Distrito de Moatize, 16/08/00

nos distritos de Tete e Quelimane. Apareceu também o termo Zambézia (Cf Newitt 1973:87).

Desde o Séc. XVI os portugueses foram comerciando com os africanos e com o tempo adquiriram algumas terras que eram doadas, conquistadas ou mesmo cedidas, pelos chefes africanos.<sup>14</sup>

No séc. XVII com o sistema dos prazos,<sup>15</sup> a presença portuguesa foi se fazendo sentir com maior profundidade. Este sistema, estreitou as relações entre os prazeiros e as autoridades africanas. Dentro desta organização política, encontravam-se estratificações.

Relativamente as estratificações existentes nos prazos Wiese (1983:52), falou da existência do mambo, como um termo que designava um chefe territorial de grande importância, e que a seguir a ele estava o mfumo ou fumo, que era um título dado aos governadores distritais e chefes militares<sup>16</sup>

Para além do mambo Castilho (1880:43), falou da existência do mwanamambo, que tinha como função vigiar o trabalho do mfumo. Constatou ainda que a povoação dirigida pelo mfumo chamava-se muzinda. Contrariamente ao que relatou Wiese, Castilho, afirmou que o mfumo era também designado mucazambo.

A par desta estrutura administrativa, um outro grupo se destacou no sistema dos prazos, os Chicunda.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> Nesta altura o contacto entre os portugueses e a Autoridade Tradicional africana já havia iniciado.

<sup>15</sup> Prazo termo legal português derivado do direito feudal, refere-se a um processo através do qual, um português (mestiço), ou indiano, adquiria largas porções de terra, como resultado da conquista portuguesa ou por cedência por parte do chefe africanos. Este sistema teve essa designação na legislação portuguesa, porque os donos das terras (os prazeiros), deviam administrar a terra, por um período de 3 gerações. E para que o prazeiro fosse legitimado, devia casar com uma mulher portuguesa, cobrar imposto (mussoco), pagar uma taxa anual ao governo português, administrar a área de jurisdição e dar apoio militar as autoridades portuguesas. Para mais detalhes veja Isaacman [S d]: 170-171 e Newitt 1995: 217.

<sup>16</sup> Constatou Wiese, que entre os Chewa e Nsenga este termo servia para designar um chefe subordinado, ou chefe da aldeia. Para além destes existiam os Chuanga que eram, mensageiros e faziam a supervisão da colecta do imposto. Wiese 1983:52.

<sup>17</sup> Estes eram soldados guerreiros, que desempenhavam diversas funções e de entre elas a protecção dos prazeiros contra os ataques estrangeiros, manutenção da ordem dentro do prazo, bem como o controlo do imposto. Devido a sua peculiaridade, tinham uma organização política específica (veja Isaacman and Isaacman 1979:55 e passim.)

Gamito (1854:64-66) referiu que o mucazambo era o chefe dos escravos chicundas que governavam as Butacas que eram as aldeias dos chicundas. Ao que tudo indica esta designação, não prevaleceu até a efectivação da colonização portuguesa. Maior parte da literatura consultada, retrata a designação mfumo, que acabou prevalecendo até aos dias de hoje.

Na província de Tete os Prazos do século XVIII e do século XIX, apenas abrangiam uma pequena parte do território.

Muitos factores ditaram o declínio dos prazos, no fim do século XIX, para diminuir os custos directos de ocupação administrativa e militar, Portugal cedeu as províncias de Tete e da Zambézia a uma administração conjunta do Estado português e de companhias arrendatárias dos prazos, dentro das quais se destaca a Companhia da Zambézia (Hedges 1993:1).

O declínio dos prazos, trouxe inúmeras consequências, de entre várias, o surgimento de estados que Isaacman denominou secundários,<sup>18</sup> que dominaram o vale do Zambeze, por um certo período. Todavia a sua existência, dependeu não só das alianças que os portugueses foram tendo com eles, como também da aquisição de maior ou menor número de Chicunda. O que acabou acontecendo foi que os estados secundários, absorveram a maioria dos Chicunda (Isaacman & Isaacman 1979:64).

Numa primeira fase as relações entre os estados secundários e Portugal eram pacíficas, porque os acordos estabelecidos entre Portugal e os estados secundários eram benéficos a Portugal. Contudo, diversos factores contribuíram para o início das hostilidades entre o governo português e os estados secundários.<sup>19</sup> Para além da fraca capacidade de criar qualquer forma de viável de coligação, a relutância dos estados em reconhecer o seu estatuto de subordinados contribuiu para o início de desavenças. Assim, o governo

---

<sup>18</sup> O Autor citou oito estados: kanyemba, Massangano, Gouveia, Macanga, Mataquenha do Zumbo, Massingire, Carizamimba e Makololo.

colonial empreendeu esforços para reforçar a sua autoridade naquilo que ficou conhecido como Campanhas de pacificação, um dos últimos estados subjugados foi o de Massangano.

Durante este período, a administração africana existente foi desarticulada. As autoridades africanas, que colaboraram, com os funcionários do governo português, continuaram a governar, e os que pautaram por uma atitude contrária, foram substituídos por outros elementos, mais moldáveis (Isaacman & Isaacman 1979:147).

De uma maneira geral no sistema dos prazos, a estrutura da Autoridade Tradicional era a seguinte: no topo estava o mambo, como chefe máximo, seguido do mfumo, que administrava a muzinda e para vigiar o serviço do mfumo estava o mwanamambo, subordinado ao mfumo estava o nhacuáua, que era um chefe da aldeia, para além destes existiam os Chuanga que eram os mensageiros e intérpretes.<sup>20</sup> Esta estrutura foi desarticulada, nos fins do século XIX.

Isaacman (1979:321) salientou que, o que ajudou a perpetuar o regime colonial foi a existência de uma elite africana subalterna que se estava criando.

A partir de 1890-92 a maior parte dos Prazos da Zambézia foi arrendada à Companhia da Zambézia, para efeitos de cobrança de impostos. Este regime durou até 1930.

### *2.3.1. Autoridade Tradicional na Primeira Fase do colonialismo Imperialista*

Aqui procuro dar enfoque às disposições legislativas do governo colonial para melhor enquadrar a evolução da Autoridade Tradicional.

---

<sup>20</sup> Para mais detalhes Veja, Wiese 1983:52 e passim, Newit 1973:178 e passim. Para além do mfumo e do mambo, Pedro Pinto Buco afirmou que antigamente as povoações governadas pelos chefes tradicionais eram designadas Nzinda. Aliás constatação feita por Castilho, que denominou muzinda. Gamito denominou muzinda à residência de um mambo ou fumo. (Veja Gamito 1854: 26) Entrevista, Pedro Pinto Buco, bairro 25 de Setembro, 16/08/00

Após as campanhas de pacificação, o governo português incutiu outra dinâmica política na administração do território moçambicano. Assim foram criados os regulados. Estes resultaram de vestígios da organização pré-colonial que foram adaptados pela administração portuguesa, para servirem de unidades administrativas de base do Estado colonial.

No princípio do Séc. XIX a presença portuguesa fortificava-se e é nesta perspectiva que em 1907, Aires de Ornelas mandou publicar a Reforma Administrativa de Moçambique, que tinha como principal objectivo a centralização de poderes (Ornelas 1936:277).

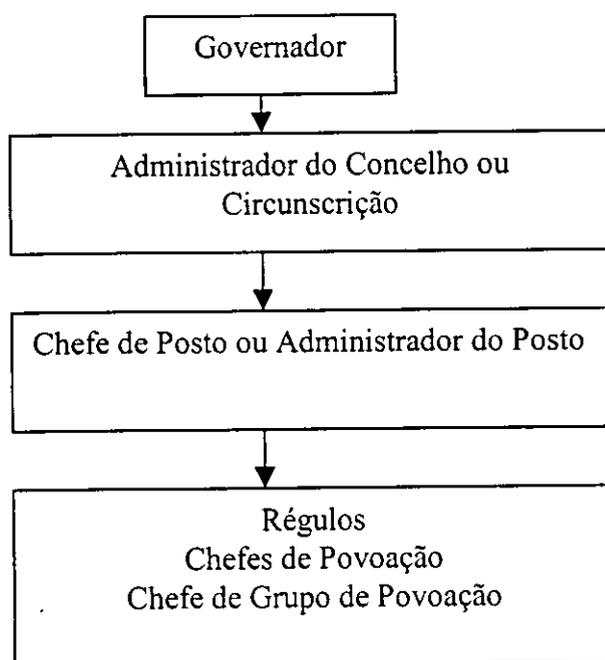
O Decreto 23-05 de 1907, da Reforma Administrativa de Moçambique estipulou que a província passaria a ser governada por um governador geral e estaria dividida em distritos e estes em circunscrições civis ou capitánias-mor (Basílio 1965:119-120).

A primeira Secretaria dos Negócios Indígenas foi criada em 1907/8 e extinta em 1909 devido a pressão dos interesses dos prazeiros.

Com a implantação do regime republicano em Portugal (1910), outras transformações relativas a estruturação do Poder Tradicional foram surgindo, e por volta de 1914, foi recriada a Secretaria dos Negócios Indígenas a quem competia a regulamentação dos direitos e deveres dos régulos e outras Autoridades Tradicionais. Os régulos eram simples auxiliares da administração portuguesa (Cunha 1953:128-129).

A semelhança do que aconteceu pelo país, a Autoridade Tradicional, estava também regulada internamente, em vários distritos. Para o caso de Tete, em 1924 o Governador mandou publicar *Direitos e deveres das Autoridades Indígenas do distrito de Tete*<sup>21</sup>.

A década de 1930, trouxe outras mudanças significativas, resultantes da subida de Salazar ao poder. É assim que se deve apreender a Reforma Administrativa Ultramarina (RAU) de 1933, segundo a qual a Autoridade Tradicional, já antes reconhecida pelo Estado, viu seus poderes jurídico administrativos formalizados sob a designação de governação indirecta, como se pode constatar no organigrama que se segue:



Com estas reformas, as Autoridades Tradicionais ficavam no escalão mais baixo da administração portuguesa e os régulos eram os que ainda tinham um certo privilégio, isto é estavam no topo da hierarquia africana.

<sup>21</sup> No referido documento, já apareciam as designações: mambo, nhacuáua, mfumo, chuanga e chefes de povoação, retirava-se no entanto quaisquer atribuições de grande envergadura aos Mambo. A retirada da real dimensão do poder do mambo, deve-se a tendência, do regime colonial, de reduzir ao mínimo possível o poder

Ainda decorrente da RAU, o artigo 9, no seu ponto 17, estipulava que as autoridades africanas tinham como obrigação comunicar às autoridades administrativas coloniais da existência de armas de pólvora, entre os indígenas, bem como o comércio destas. E no ponto 9 do mesmo artigo, as Autoridades Tradicionais, deviam opor-se à prática de bruxarias. Algumas danças tradicionais foram proibidas, alegando a administração colonial, que as mesmas reflectiam práticas primitivas (RAU 1933:54-55).

Esta perspectiva facilita a compreensão do decreto lei N° 39666 de 31 de Maio de 1954, relativo ao estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, que advogava que as instituições tradicionais deixavam de ser políticas e passavam a ser administrativas.<sup>22</sup>

O Decreto lei n° 23.229 conferiu os actuais limites administrativos da província de Tete, que até a altura incluía a circunscrição de Bárue. A 30-03-1957, Moatize ascendeu à categoria de circunscrição, pela portaria n°11932.

Gradualmente, as bases sócio-políticas das comunidades africanas, foram sofrendo mudanças significativas. Assim no Distrito de Moatize os curandeiros, deixaram de exercer as suas actividades, pelo menos oficialmente. Como atestam as palavras de Nesta Mainote:

*O colonialismo, contribuiu para o enfraquecimento do poder dos curandeiros, mas como nós sempre acreditámos na cura tradicional, nunca deixámos de consultá-los...*<sup>23</sup>

Como resultado das diferentes disposições legislativas a estrutura da Autoridade Tradicional no Moatize, passou a ser a seguinte: no topo, estava o régulo que dirigia o regulado que era composto por inúmeras povoações; abaixo deste estava o mfumo que era

---

dos chefes africanos. Veja Monteiro 1924:4 e passim.

<sup>22</sup> Veja Boletim Oficial de Moçambique n° 22 I série, Capítulo IIª Secção 1 de Maio de 1954. Veja também Alfane e Nhancale 1995: 53-

<sup>23</sup> Entrevista: Nesta Mainote, sede do Distrito de Moatize, bairro Chithatha, 23/08/00

o chefe de povoação –tal como o régulo –, o mfumo tinha seus ajudantes que eram designados ajudantes de mfumo e abaixo do mfumo estava o mwanafumo, que era o chefe do grupo de povoação. O mwanamfumo, era escolhido pelo mfumo, e não tinha nenhum parentesco com este último. Aliás tanto o régulo como o mfumo não tinham nenhum parentesco entre si (Ó da Silva 1998:23-25).

A designação mwanamfumo significa, literalmente, filho do mambo. Por isso, é pouco provável que este não tivesse nenhum parentesco com o mfumo.

Com base nas afirmações dos entrevistados, a Autoridade Tradicional no Distrito de Moatize, contava com a seguinte estrutura: para além do régulo,<sup>24</sup> coadjuvado pelos seus cabos de terra e do mfumo, estavam os sipaios que se subordinavam directamente à administração colonial. Nenhum dos entrevistados mencionou a posição do mwanamfumo

### *2.3.2. As Reformas de 1961 e a Autoridade Tradicional*

Na década de 1960, a efervescência provocada pelas independências de algumas colónias africanas, fragilizou a posição de Portugal no seio das Nações Unidas. A administração colonial precisava de defender a sua autoridade adoptando novas políticas.<sup>25</sup>

É neste contexto que Adriano Moreira na altura Ministro do Ultramar, instituiu reformas que assentavam basicamente no reforço da presença colonial, resultando daí toda uma série de debates visando uma melhor compreensão das instituições tradicionais, com vista à sua "manutenção".<sup>26</sup>

De acordo com o decreto nº 43896 de 6 de setembro de 1961, a província passou a estar

---

<sup>24</sup> Actualmente esta designação, corresponde a já citada designação de nhacuáua. Entrevista colectiva: bairro Chithatha, 23/08/00

<sup>25</sup> Portugal receava que em Moçambique eclodisse uma guerra a semelhança do que havia acontecido em Angola

<sup>26</sup> Voltarei a questão dos debates havidos, quando abordar a questão dos aldeamentos coloniais

dividida em distritos, concelhos, circunscrições, freguesias e postos e a divisão administrativa de cada província seria de acordo com as necessidades de desenvolvimento económico local.<sup>27</sup>

Ainda no âmbito das reformas de Adriano Moreira, foram definidas as tarefas dos régulos e dos chefes do grupo de povoações. Para o caso de Moatize, um dos entrevistados afirmou que:

*Foi criada uma outra divisão administrativa, cada zona passou a contar com um régulo, e um mfumo. O meu avô era mfumo e tinha como tarefas: o recrutamento de pessoas que não trabalhavam (vadios), a colecta do imposto "Ntsonko" <sup>28</sup> ...*

Neste contexto o termo régulo desapareceu da nomenclatura oficial, sendo substituído por regedor. Os chefes tradicionais trabalhando como auxiliares do governo, passaram a ser remunerados.

Outras alterações significativas foram: alargamento das atribuições das Autoridades Tradicionais, representação dos regedores no Conselho Legislativo, Juntas Distritais e Juntas de Freguesia, reconhecimento das Autoridades Tradicionais como formas de institucionalismo local, como unidades político-administrativas, articuladas no esquema geral da Província (Lobo 1961 :78-79).

A 26-07-63, foi criado o Concelho de Moatize e a povoação foi elevada a categoria de vila, pela portaria N°17046.

A aparente preocupação do Estado colonial em estudar as instituições tradicionais, nada

---

<sup>27</sup> Ministério do Ultramar, 1961:4-5. Também se podia ler no mesmo decreto que de acordo com extensão de cada regedoria, esta podia ser subdividida em grupos de povoações e povoações. Cada regedor, podia escolher os seus auxiliares, que eram os chefes de povoação. Em Moatize os chefes de povoação eram os mfumo.

<sup>28</sup> Entrevista: Bernardo Sande, Sede do distrito de Moatize, bairro 25 de Setembro, 17/08/00 Da literatura consultada o imposto aqui colectado é designado Mussoco, Missonco, ou mesmo Mutsonko. Este imposto já

mais visava do que reforçar o seu aparelho administrativo, garantindo a sua estrutura de base. De qualquer maneira, a remuneração dada aos regedores não deixou de ser um estímulo significativo. Portanto os régulos passaram a formar uma outra classe social, ou até mesmo uma elite no seio das suas comunidades.

### *2.3.3. A Autoridade Tradicional e os Aldeamentos Coloniais*

Na década 60, o movimento nacionalista de Frelimo ia dando seus primeiros passos, com vista à libertação do país. Assim a administração colonial viu-se obrigada a engendrar planos com vista a concentração da população, por forma a evitar possíveis contactos clandestinos com as forças do movimento guerrilheiro da Frelimo. Foi na tentativa de conter o avanço das forças da Frelimo que a administração portuguesa implementou planos que culminaram com a construção de aldeamentos coloniais, tanto em Tete, como em Niassa e Cabo Delgado (Borges Coelho 1993:160)

Os aldeamentos eram semelhantes às aldeias estratégicas concebidas pelos norte-americanos, no Vietname do sul e tinham como objectivo concentrar a população de determinadas áreas, numa aldeia cercada com arame farpado e vigiada por forças paramilitares ou militares (Brito et al. 1985:38).

Estabelecidos em função dos objectivos estratégicos contra a luta de libertação, em algumas zonas também foram concebidos para satisfazer objectivos económicos coloniais, como o de facilitar o recrutamento de mão de obra, para o cultivo do algodão (Casal 1996:124).

O início da concepção dos aldeamentos foi em 1968, com a sua concepção a Autoridade Tradicional não deixou de ser motivo de preocupação, assim, a administração colonial construiu aldeamentos meramente estratégicos, para não permitir que o apoio que

porventura os régulos pudessem dar ao movimento guerrilheiro, se estendesse à população local (Borges Coelho 1993: 236).

É nesta perspectiva que surgiram duas escolas no seio da administração colonial (em 1970), que tiveram como questão fulcral a discussão sobre a melhor e mais “favorável” via para a integração das instituições tradicionais no seu projecto de aldeamentos, de modo a não criar tumultos no seio da população.

Das escolas que surgiram uma forte corrente argumentava que, o mais adequado seria que a população que estava nos aldeamentos constituídos por causa da subversão, fosse dissociada das Autoridades Tradicionais. A outra, considerava que as Autoridades Tradicionais já eleitas deviam ser mantidas sob vigilância cerrada das autoridades coloniais.

Tiveram lugar inúmeros debates não só aquando da criação dos aldeamentos, como após a sua existência. Tudo visava encontrar a maneira mais fácil de manipular as Autoridades Tradicionais, como atestam as palavras do Governador de Tete Cecílio Gonçalves numa das primeiras discussões:

*Devemos dar relevância aos indivíduos de maior prestígio, nos casos em que a nomeação colonial não coincide, com a hierarquia tradicional, há que agir com as necessárias cautelas, que terão por finalidade o conhecimento dos indivíduos influentes e a sua captação para o nosso campo<sup>29</sup>.*

Os aldeamentos foram criados tanto através do aproveitamento de uma regedoria, como pela junção de várias regedorias. Nos casos em que era necessário aglomerar populações de regedorias diferentes a administração colonial procurava chegar a um consenso com as autoridades africanas (Borges Coelho 1993:236).

Porque as autoridades coloniais reconheciam que nem sempre as Autoridades Tradicionais por eles empossadas, eram as legitimadas pela população local segundo os seus usos e

costumes, tinham sempre em conta que com o início da guerra, se porventura um chefe tradicional legitimado pela população se desviasse para a Frelimo o mesmo sucederia com toda a população da sua área.<sup>30</sup>

Os aldeamentos não tiveram o sucesso e o alcance que a administração colonial pretendia. Em Tete, o número de aldeamentos constituídos antes da chegada do movimento guerrilheiro da Frelimo, não foi relevante. Por exemplo, em áreas extensas como Bene, Angónia, Zumbo e Mágoe, o confinamento da população sucedeu depois da chegada do movimento guerrilheiro da Frelimo. O mesmo não sucedeu em Cahora Bassa, Moatize e Mutarara (Borges Coelho 1993:233).

Os aldeamentos construídos em Moatize, confinaram-se a 2 núcleos: o primeiro localizava-se na estrada que fica em direcção a Chiúta-Macanga, e o segundo nos arredores de Moatize e mais três, em Caldas Xavier (actual Cambulatsitsi). Assim, quando o primeiro núcleo denotava que a presença da Frelimo era forte no sentido sul de Macanga a Norte de Tete, ameaçando a Cidade de Tete, o segundo núcleo conseguia alertar as autoridades coloniais, que estavam preocupadas em proteger a área central de Moatize, a estrada liga Moatize ao Malawi, e a linha férrea, que liga Moatize à Sofala (Borges Coelho 1993:264).

Apesar dos régulos terem sob sua influência vários aldeamentos, em nenhum momento a administração colonial preocupou-se em aumentar o poder das Autoridades Tradicionais nos aldeamentos.

A distribuição dos régulos, de acordo com os aldeamentos construídos foi a seguinte:

*Moatize: área central: Régulos e aldeamentos sob sua influência*

<b>Régulo</b>	<b>Aldeamento sob sua influência</b>
Tundumula	Chimiza, Panzo, Catipo, Missau, Moagem,/Campo, Faqueiro, Matsatsa, Inhaóndue
Mantenga	Candira, Nhantipissa, Mitondo,
Sipanela	Oitavadas, Ussalo, Chithatha, Sipanela/Chipanga
Boroma	Mitete, Matambanhama, Calambo
Chassaia	Quissemissse, Sungo
Chacala	Chacala/Nhangom a, Cahoeira
Razo	Cassanha, Nhambalualo
Macajo	Benga/Macajo, Patinho
Picado	Bambo, Matundo, Chingodzi
Chaleca	Chicumbo, Condo, M'pandue, Manlinte

Fonte: Borges Coelho, J.P. 1993: *Protected Villages and Communal Villages*.....p. 236.

Nos aldeamentos as tarefas das Autoridades Tradicionais ficaram reduzidas ao controle e mobilização da população local. Segundo Sinadia Janico:

*O Mfumo Ussalo apareceu um dia com a informação de que por causa da guerra tínhamos que viver nos aldeamentos, para fugir das tropas da Frelimo, que estavam a matar muita gente, por isso a população precisava de ser protegida<sup>31</sup>.*

A maior parte dos entrevistados foi unânime em afirmar que nos aldeamentos os régulos e mfumos continuaram a ter poderes até a altura da independência.

É preciso ter em conta que os entrevistados não formam um grupo homogêneo. De um lado, estão os antigos régulos, mfumos e sipaios -representantes da Autoridade Tradicional- que tendem a dizer que aquando dos aldeamentos ainda detinham o poder, talvez o afirmam por uma questão de prestígio. Do outro, está a população local, que pelo facto de ter sido mobilizada pelas Autoridades Tradicionais a ir para os aldeamentos, achava que eles ainda detinham o poder.

De uma maneira geral a população local, só viu a ruptura nas funções das Autoridades Tradicionais, depois da independência. E as Autoridades Tradicionais, apesar de continuarem a trabalhar com a Frelimo no pós-independência, consideram que a sua preponderância só reduziu depois de 1974.

Se com as Reformas de Adriano Moreira a Autoridade Tradicional, começou a ser objecto de um estudo mais profundo por parte da administração colonial, os aldeamentos marcaram o início da debilidade desta forma de poder político. Isto porque até o início da guerra colonial a administração colonial, tinha a Autoridade Tradicional sob controle, mas a partir do momento em que teve que redobrar esforços, para controlar tanto guerra como as Autoridades Tradicionais nos aldeamentos, preferiu reduzir o espaço de manobra das Autoridades Tradicionais. Portanto os aldeamentos criaram uma ruptura nas funções das Autoridades Tradicionais.

---

<sup>31</sup> Entrevista: Sinadia Janico, sede do distrito de Moatize, bairro Bagamoyo, 28/08/00

#### *2.3.4. A Guerra Colonial e a posição da Autoridade Tradicional*

O Distrito de Moatize foi sempre motivo de preocupação, tanto por parte da administração colonial, como por parte do movimento guerrilheiro da Frelimo, por ser um ponto estratégico. Várias estradas atravessam o distrito, tornando-o num ponto de atracção. Além disso, excluindo algumas áreas à norte de Zóbué, Moatize tinha uma presença europeia significativa, uma companhia carbonífera, uma linha férrea e uma estrada que liga o distrito ao Malawi.

A administração colonial sabia que a intensidade dos ataques do movimento guerrilheiro da Frelimo variaria de acordo com a importância económica de cada região. Assim, a atenção que o movimento guerrilheiro da Frelimo teria em relação aos distritos de Marávia e Macanga, seria diferente da de Moatize. Porque tanto Marávia, como Macanga, não tinham tão grande importância económica como Moatize.<sup>32</sup>

Quando a guerra se iniciou em Tete (Março de 1968) Moatize, encontrava-se mergulhado nos seus planos de aldeamentos, que duraram cerca de 7 anos (1968-1974), isto é, o tempo que durou a luta armada na zona. Assim, se a administração colonial promoveu os aldeamentos a Frelimo procurou inviabilizar este projecto<sup>33</sup>

Em Maio de 1970, a presença da Frelimo começou a fazer-se sentir em Moatize, quando o régulo Mantenga foi visitado por unidades guerrilheiras do movimento da Frelimo. Nos anos seguintes, a Frelimo foi entrando em contacto com outros régulos que passaram a apoiar o seu movimento.

---

<sup>32</sup> Para mais detalhes veja GDT/SDAC, 1970: "Acta das sessões da Reunião dos Administradores e do Intendente com o Governador do Distrito.

<sup>33</sup> Isto criou uma certa confusão no seio da população, não porque elas achassem melhor ir morar nos aldeamentos, mas pelo simples facto de estarem a começar a conviver com uma realidade e logo depois confrontarem-se com uma guerra. Mas, por outro lado, a população já possuía tradição de resistência, herdada do apoio dado ao Banda's Malawi Congress Party, a UNAMI de Baltazar Chagonga, veja Borges Coelho 1993:260-263, Borges Coelho 1991: 33-168, veja também AHM, FM,Cx 97, "Administrador do Concelho de Moatize nº 390/A/9-SDI, de 8 de 11 de 1962

Mesmo antes de chegar à Moatize, já era preocupação da Frelimo contactar os chefes tradicionais por forma a garantir o apoio da população da sua área. Apesar de ter reconhecido que a manutenção dos chefes tradicionais era uma ameaça ao seu projecto de construção de um Estado independente - a Frelimo- sabia que não podia dispensar a colaboração dos chefes tradicionais, como elo de ligação entre o seu movimento e a população local. Assim, durante a guerra colonial, ao chegar a uma determinada zona os dirigentes da Frelimo, entravam primeiro em contacto com o chefe tradicional. Brito relatou um exemplo disso quando Samora Machel em 1965, aquando da abertura da frente do Niassa, entrou em contacto com o Régulo Mataka, solicitando o sua colaboração (Brito 1995:9-10).

No Distrito de Moatize, existiram régulos que somente apoiaram a Frelimo e os que apoiaram tanto a Frelimo como os portugueses, que no dizer da população local eram considerados “capricórnios”<sup>34</sup>, porque eram traidores. Os mfumos não deram apoio significativo à Frelimo

Apesar das dificuldades em contactar com o movimento da Frelimo, os entrevistados afirmaram que, a maior parte dos régulos da anterior área central de Moatize, apoiou a Frelimo clandestinamente. Como é o caso dos régulos Chacala, Chaleca, Sipanela, Mantenga e Razo. Segundo as palavras de um dos entrevistados:

*A guerra aqui em Moatize começou a intensificar-se em 1969. Meu pai apoiou, a Frelimo. Ele vivia em Estibo, e lá havia uma base chamada Nhacolo. De tempos a tempos ele fornecia comida aos combatentes. Até o próprio Régulo Razo, também apoiava a Frelimo [...] Eu apoiei também a Frelimo, trabalhei na área clandestina, hospedei alguns guerrilheiros na minha casa e quando os portugueses me perguntaram quem eram as pessoas que estavam na minha casa eu respondi dizendo que eram meus familiares que estavam ali a passar alguns dias<sup>35</sup>.*

---

<sup>34</sup> Esta designação deriva do facto do capricórnio ser um insecto portador de longas antenas. Assim a população local considerava que os régulos que apoiavam tanto a Frelimo, como os portugueses, faziam-no porque tinham duas antenas. Entrevista colectiva: Sabão Chassueca, Aida Domingos, António Miguel, Jacinta Pedro, Mário Escova, bairro Chithatha, 24/08/00.

<sup>35</sup> Entrevista, Pedro Pinto Buco, Filho de Buco Khoca, ajudante de Fumo Jequessene em Catsanha, sede do distrito, bairro 25 de Setembro, 16/03/00.

Em menos de um ano, após o início da guerra colonial, a Frelimo instalou-se no Zóbue e nalgumas das regedorias importantes da área central de Moatize. A presença da Frelimo na Vila de Moatize, facilitou os seus primeiros ataques ao longo da estrada que liga Moatize ao Malawi e contribuiu também para a sua fixação nas proximidades da linha férrea que liga Moatize à Sofala.<sup>36</sup>

As relações entre as Autoridades Tradicionais e o movimento da Frelimo já haviam começado a ganhar consistência. Para além da facilidade que a Frelimo encontrou em Moatize, relativamente a tradição de resistência, o reforço do controle da administração colonial sobre as Autoridades Tradicionais nos aldeamentos, facilitou o apoio que as Autoridades Tradicionais deram à Frelimo. Apesar disso a administração colonial considerava ainda que as Autoridades Tradicionais, hesitariam em apoiar à Frelimo, por recearem perder os benefícios que tinham como agentes do Estado colonial.<sup>37</sup>

Se a administração colonial, estudou melhor as Autoridades Tradicionais, para mantê-las sob seu controle, a Frelimo também procurou chamar a si as Autoridades Tradicionais, para apoiarem o seu movimento. Porém, tanto a administração colonial como a Frelimo apenas viram nas Autoridades Tradicionais a melhor via para captar simpatias da população local. Portanto as Autoridades Tradicionais, acabaram sendo manipuladas tanto pela Frelimo como pela administração colonial. Porque como se viu, no pós independência a Frelimo introduziu um forte discurso anti-autoridade Tradicional.

---

<sup>36</sup> Para mais detalhes sobre a presença da Frelimo em Moatize veja AHM, FM, Cx. 108: AdConc/Moatize, nº108/A/28 (19/07/71).

<sup>37</sup> Veja AHM,FM,Cx 97: Administrador do Concelho de Moatize nº 390/A/9-SDI de 8 de 11 de 1962.

#### 2.4. O Régulo Sipanela<sup>38</sup>

Dos regulados existentes no distrito apenas um foi meu objecto de estudo, uma vez que o trabalho foi efectuado nos 6 bairros que compõem actualmente a vila de Moatize. O regulado em questão, corresponde a área administrada anteriormente pelo Régulo Sipanela, este régulo administrava as seguintes povoações : Nhanchere, Malábue, Nhanthotho, Chipanga e Nchenga e tinha como mfumus: Chiutse (que lhe veio substituir após a sua prisão em 1962) Domingos, Massabvula e Ussalo.

Segundo a tradição predominante (matrilinear)<sup>39</sup> a sucessão do régulo em caso de morte, passava para o filho mais velho e nos casos em que o régulo não tivesse quem ocupava o lugar deixado era o sobrinho, filho da irmã.<sup>40</sup>

O Régulo Sipanela merece destaque, não só por ser o régulo da vila em estudo, mas pelo facto de a população local o considerar um "herói" moçambicano. Sipanela, tal como os régulos Chacala e Chaleca, apoiou a Frelimo durante a luta de libertação. À semelhança do que aconteceu com os outros dois régulos também foi preso em 1962 e levado para o Zumbo.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> Segundo Pedro Pinto Buco e Fernando Ntefula o nome Sipanela corresponde a um "mutupo" que é um nome clânico dado aos grandes chefes, contudo a referida chefia está relacionada com a ocupação do território, isto é, com a ordem de chegada dos diferentes grupos clânicos, em Moatize o grupo de Sipanela parece ser o maioritário, com o andar do tempo os descendentes deste grupo foram adoptando outros nomes.

<sup>39</sup> Relativamente a matrilinearidade, Gamito (1854:52), salientou que nunca o irmão do morto a ser sucedido ocupava o lugar deixado e que muitas vezes a sucessão levava meses a ser solucionada e que nunca o filho do irmão era indigitado para ocupar o cargo.

<sup>40</sup> Entrevista Pedro Pinto Buco, 17/08/00, Bairro 25 de Setembro, Fernando Ntefula 23/07/00, Bairro Chithatha.

<sup>41</sup> Fernando Ntefula recordando-se das actividades clandestinas de Sipanela afirmou que: "*Meu primo só queria liberdade, era um grande régulo. Entendia-se com toda a população local. Quando a guerra começou, ajudou a Frelimo recrutou jovens para Tanzânia, ele e o enfermeiro Baltazar. Os portugueses descobriram, e prenderam-no e ele ficou 5 anos na cadeia (não sei bem se foi para Zumbo). Quando saiu da cadeia, os colonos levaram-no ao hospital, deram-lhe uma injeção, depois disso ele morreu. Ele até era esperto, mas nem sempre. Por isso mesmo pensou que a injeção era benéfica -porque foram os branco a dar-lhe. ...*"  
Entrevista: Fernando Ntefula, primo do régulo Sipanela, sede do Distrito de Moatize, bairro Chithatha, para mais detalhes veja AHM, FM, Cx.97, Ad Conc/Moatize, no. 390/A/9(8/11/62).

Todavia, diferentemente do sentimento que a população possui em relação aos outros dois régulos, existe um certo orgulho por parte dos habitantes da vila em relação ao régulo em questão. Afirmam eles que foi Sipanela quem lhes fez conhecer a Frelimo e que desde a altura em que Sipanela apoiou a Frelimo, esta passou a desfrutar do apoio da imensa maioria da população local. Apoio esse que se estendeu até ao período da guerra civil (entre a Renamo e a Frelimo), assunto de que falarei adiante.

Após a guerra colonial, Sipanela surgiu como símbolo de unidade na Vila. Esse simbolismo deveu-se as actividades clandestinas por ele desenvolvidas aquando da presença do movimento guerrilheiro da Frelimo e também pelo facto dele ter morrido nas mãos dos portugueses e a população considerar que ele foi traído.

Alguns dos entrevistados durante o período da guerra colonial, viviam em locais distantes da actual Vila de Moatize. Foram morar na vila por razões diversas e quando lá chegaram, apenas ouviram falar do Régulo Sipanela, como tendo sido o maior apoiante da Frelimo. Isto contribuiu para que a história do régulo se espalhasse.

Muito provavelmente, só pelo facto de Sipanela, ter sido preso, pode ter criado um mito a volta da sua pessoa e das suas actividades. Alguns dos entrevistados que nem sequer pertenceram a regedoria Sipanela, afirmaram que Sipanela havia sido um bom régulo, isto é nunca criava conflitos com a população e que se porventura ele agiu contra a população, foi porque estava a trabalhar como agente do Estado colonial.

Depois da morte Sipanela, houve um período em que não foi escolhido um outro régulo para Vila. Quem desempenhou papel de régulo foi o Mfumo Ussalo. Este último foi quem trabalhou directamente com a maior parte dos entrevistados. Aliás, quando foram concebidos os aldeamentos Sipanela já havia sido preso, e Ussalo já actuava como régulo.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> Entrevista Luís Cambaza Semente, Alfinete Mosca bairro 1º de Maio 2/09/00, Mamperanpanzo Chontho

O que mistificou mais ainda a figura de Sipanela foi o sentimento de orfandade que a população local sentiu com a sua morte . Foi também o clima de incertezas, em relação a escolha de um novo líder -tão audacioso como Sipanela- que tornou a sua pessoa muito popular e querida. Anos depois é que foi nomeado o Régulo Chiutse, que apesar de ter trabalhado na vila durante um tempo considerável, não teve o mesmo impacto que Sipanela.

Além disso a família de Sipanela era numerosa e gozava de um certo prestígio na Vila. Mesmo assim, nenhum dos seus descendentes ocupou o lugar por ele deixado. Isto porque a administração colonial procurou não perpetuar com a geração de Sipanela, optando por nomear um mfumo que já vinha trabalhando com eles.

## CAPÍTULO 3

### GRUPOS DINAMIZADORES

#### *3.1 Grupos Dinamizadores: Breve Historial*

Este capítulo aborda a evolução político-administrativa dos GD's, desde a sua formação até a assinatura do Acordo Geral de Paz.

A formação e criação dos GD's está directamente relacionada, com o surgimento de um Estado independente sob a direcção do partido Frelimo. Acabado de sair da governação colonial, este teve o seu início com o golpe militar de 25 de Abril de 1974, que alterou o rumo das lutas de libertação das colónias portuguesas. Para Moçambique, um dos resultados foi a tomada de posse do Governo de Transição a 20 de Setembro de 1974.

Após a tomada de posse do governo de transição, a Frelimo preocupou-se em estender a sua influência às zonas não atingidas pela guerra, neste caso as cidades e algumas zonas rurais. Assim, a palavra de ordem foi dada aos seus simpatizantes<sup>43</sup> para que cuidassem da difusão e criação de Comités do Partido, por todo o País.<sup>44</sup> Como a maior parte dos simpatizantes actuava nas Sedes Provinciais, esta tarefa foi-lhes incumbida. Brito (1995:5), afirmou que estas sedes não passavam de representações da Frelimo confiadas aos seus militantes, que eram até então o sustentáculo do movimento ao nível da base. Consequentemente, estes militantes foram os alicerces dos GD's.

Munslow (1983:151), referiu que de uma maneira geral os antecedentes dos GD's foram os Comités criados nas zonas libertadas e como a percepção do poder popular começou a

---

<sup>43</sup> A maior parte dos simpatizantes aderiu ao movimento (Frelimo) após o 25 de Abril. Sobre esta abordagem veja Brito 1995:5.

<sup>44</sup> A orientação foi dada pelo presidente Samora Machel, na mensagem de tomada de posse do governo de transição. Na referida mensagem ele falou da necessidade de se criar Comités do Partido nos locais de trabalho e de residência. Para mais detalhes veja, Machel 1974:5.

ser difundida os GD's foram concebidos para serem a primeira manifestação do poder popular.<sup>45</sup> Esta constatação não pode ser generalizada, pois segundo os entrevistados a formação dos GD's no Distrito de Moatize, não teve uma relação directa com os comités anteriormente criados nas zonas libertadas.

O que definiu tanto a designação como a estruturação dos GD's, foi a Reunião Nacional de Representantes dos Comités Distritais de Mocuba em Fevereiro de 1975, que concluiu que o conceito formal de Comités do Partido deveria ser substituído pela noção de Grupo Dinamizador. Isto porque a Frelimo considerava que a sua presença não estava ainda consolidada no seio das massas. Todavia, as anteriores tarefas definidas para os Comités do Partido, mantiveram-se válidas, passando apenas para os GD's.<sup>46</sup>

Os GD's foram criados, tanto nos locais de residência, como nos locais de trabalho. A sua existência nos locais de residência visava substituir os régulos e algumas funções administrativas. Nos locais de trabalho, visava controlar a produção, e tomar conta dos lugares deixados pelos portugueses aquando da sua saída. O seu slogan de trabalho era "Unidade Trabalho Vigilância" (Cahen 1985:47 Munslow 1984:152). Não me deterei muito sobre os GD's criados nos locais de trabalho, para não fugir muito à temática em análise.

A criação desta forma de poder político passou, principalmente nas zonas rurais, pela exclusão da Autoridade Tradicional. Tanto Alexander, como Egerö, afirmaram que esta medida caracterizou o programa de mobilização da Frelimo nos primeiros anos após a independência (Alexander 1994:45 Egerö 1992: Cf Hanlon 1984:).

Em Moatize, alguns dos descendentes das Autoridades Tradicionais, que haviam apoiado a Frelimo, durante a luta de libertação, como é o caso de Pedro Pinto Buco, Horácio Notice Tundumula, Luís Cambaza Semente, Fernando Ntefula,<sup>47</sup> começaram a mobilizar a

---

<sup>46</sup> FRELIMO, 1975:1 e Passim.

<sup>47</sup> Estes são os actuais membros dos GD's no Distrito de Moatize. Portanto fizeram parte do grupo de militantes que formou o GD a nível local.

população, para escolherem pessoas que pudessem fazer parte dos GD's. Não foi tarefa difícil, porque as experiências de colaboração com a Frelimo já haviam começado a ser difundidas.<sup>48</sup>

A Frelimo considerava que enquanto não fosse criada a verdadeira estrutura do partido ao nível da base, o Grupo Dinamizador desse local continuaria a funcionar em parceria com a direcção do partido. Por isso mesmo, Egerö (1992:82) considerou que os GD's tiveram a sua duração, na medida em que as condições para a criação de uma democracia de base estavam sendo preparadas, e que o seu desaparecimento era apenas uma questão de tempo.

Munslow (1983:151), concluiu que os GD's nunca foram concebidos para serem estruturas permanentes, tendo a Frelimo logo de início preconizado a sua posterior passagem para os Comitês do Partido, Assembleias do Povo, Conselhos de Produção bem como outros órgãos posteriormente criados.

Os GDs' foram apenas a fase intermédia da implantação da Frelimo ao nível da base (Isaacman & Isaacman 1983:116). Contudo nos locais onde a Poder Tradicional já havia colaborado com a Frelimo, esta simplesmente absteve-se de mudar a estrutura de base.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Isso não significa que a população tenha acolhido a ideia com muito entusiasmo, uma vez que ainda estava sob o efeito tanto da guerra, como do início da crise dos aldeamentos coloniais, mas aos poucos foram-se inteirando do projecto político da Frelimo, isto porque a população local já via algumas transformações sucederem, uma vez que alguns privilégios como a saúde a educação, até então quase exclusivamente reservados à minoria privilegiada dos colonos já eram extensivos à população local. Apesar disso houve uma certa relutância aquando da escolha de pessoas para fazer parte dos GD's, mas o número de descontentes, não era significativo. Entrevista colectiva: Waize, Rufino e Antonieta: 26/08/00

<sup>49</sup> Os GD's, só passaram de fase intermédia, nos locais onde a Frelimo não havia feito alianças com o Poder Tradicional. Porque em situações contrárias, nem o desenvolvimento do projecto de socialização do campo contribuiu para a substituição dos GD's pelas Células, Comitês. Isto não significa, que no Moatize, não tenham sido criadas Células, Comitês, Organizações Democráticas de massas. O que pretendo realçar é que a criação de

### 3.2. *Composição dos Grupos Dinamizadores*

Procurarei agora olhar, para as diferentes fases que caracterizaram a eleição dos membros dos GD's.

A Frelimo considerou que a formação de um Estado, sob a sua liderança, passava em primeiro lugar, pela montagem de uma estrutura firme ao nível da base. E por sua vez a montagem/criação de tal estrutura firme, passava pela eliminação de todos os vestígios do poder colonial.

A Frelimo sabia também que a tarefa não era fácil, devido ao momento turbulento em que o país vivia. Entretanto, foi no meio de certos problemas que as Sedes Provinciais controlaram e orientaram a formação dos GD's. Em certos locais a sua formação foi por iniciativa local.<sup>50</sup>

Para ser membro do Grupo Dinamizador, não era necessário estar de acordo com a linha política da Frelimo. O mais importante era não ter sido colaborador do regime colonial. Apesar da Frelimo exigir esse requisito, logo após a independência a não colaboração com o regime colonial, não constituiu obstáculo à adesão de certas pessoas nos GD's.<sup>51</sup>

Outro requisito necessário para fazer parte dos GD's era a "capacidade", de controlar as desordens que porventura viessem a ocorrer, principalmente nos locais de trabalho. Por isso mesmo, muito dos que passaram a fazer parte dos GD's, nem sequer haviam entrado

---

tais estruturas, por parte da Frelimo, em nada alterou as funções dos GD's.

<sup>50</sup> A formação de GD's por iniciativa local aconteceu porque a maior parte das Sedes Provinciais era composta por militantes da Frelimo, na clandestinidade, para além dos simpatizantes que haviam aderido ao movimento no pós 25 de Abril. Nesta perspectiva formavam o Grupo Dinamizador, mais tarde é que passavam a ter a confirmação do partido, naquilo a que era considerada "purificação", com base nas votações em assembleias de residentes ou de trabalhadores. Veja Brito 1995:5-6.

<sup>51</sup> Isso porque o país atravessava um período de consideráveis turbulências, no qual a Frelimo não conseguiu identificar pessoas de confiança que pudessem dirigir os GD's, por isso algumas pessoas foram se infiltrando de

em contacto com os dirigentes da Frelimo, facto que veio a acontecer aquando da realização da Reunião de Mocuba em 1975.

O facto de muitos membros dos GD's, não terem ainda entrado em contacto com os dirigentes da Frelimo, até a altura da realização do plenário de Mocuba, derivou da premissa da Frelimo segundo a qual teriam que ser os próprios moçambicanos a transformar o seu país (Hanlon 1985:49). Por isso, todos os acontecimentos tinham que ser encarados como parte de um longo processo no qual o povo ia participando e/ou concebendo o Poder Popular.

O número de componentes variava de oito a doze pessoas. Os membros eram escolhidos em reuniões públicas, com base no comportamento de cada pessoa. De qualquer maneira os simpatizantes da Frelimo, influenciaram sempre na escolha dos membros (Hanlon 1984:49 Cf. Saul [s.d.]:13).

Vezes houve, em que os representantes da Frelimo passavam por algumas zonas antes da selecção dos GD's, a sua presença visava uma melhor explicitação das tarefas a cumprir (Isaacman & Isaacman 1983: 116-117).

No Distrito de Moatize, nos casos em que alguns descendentes das Autoridades Tradicionais recusavam-se a colaborar/trabalhar com os GD's, os representantes/simpatizantes da Frelimo usaram a coerção. Segundo Morais Chiutse, (filho do Régulo Chiutse):

*eles disseram que haveriam de começar as eleições, para se constituírem os GD's. Os filhos dos régulos, mfumos, não podiam ser escolhido. Apesar disso quiseram que eu fizesse parte dos GD's. Pediram-me para trabalhar como chefe de uma unidade. E eu perguntei: como é que queriam que eu trabalhasse com eles, uma vez eu era filho de um régulo? E eles ameaçaram-me dizendo que se eu recusasse sairia deste bairro, aceitei e comecei a trabalhar como chefe do quarteirão.....<sup>52</sup>*

---

entre eles antigos membros da PIDE, OPV...

<sup>52</sup> Entrevista, Morais Chuitse, Sede do distrito de Moatize, Bairro da Liberdade, 26.08.00

De uma maneira geral existiram situações ambíguas, durante o processo de formação dos GD's. A sua formação dependeu da realidade local.

Os GD's foram sempre unidades políticas caracterizadas por um dinamismo peculiar logo aquando da sua formação. Porque apesar da Frelimo trabalhar com eles ao nível de base, sempre desconfiava que estes pudessem escapar do seu controle (Brito 1995:7).

Tanto Hanlon (1984:49) como Isaacman (1983:120), definiram os GD's como sendo comissões ad hoc. Esta designação deriva do facto dos GD's, serem bastante vulneráveis aos ventos políticos de mudança, no País.

A estrutura típica de um Grupo Dinamizador era a seguinte: no topo estava um secretário com o seu respectivo assistente seguido dos responsáveis pelas diversas áreas tais como a social, educação, cultura, relações sociais, informação propaganda. (Munslow 1983:151).

No Distrito de Moatize a estrutura do GD era: o secretário, o assistente, o chefe dos assuntos sociais, o chefe da cultura e desportos e o chefe da saúde e dependendo de cada circunstância iam surgindo responsáveis por diversas áreas.

Segundo Dinerman (2000:50) em Nampula, para fazer parte dos GD's, houve Autoridades Tradicionais, que disfarçaram a sua identidade. Noutras situações a sua inserção passava mesmo pelo consentimento do poder formal, alegando-se que tal contribuiria para a preservação da ordem, bem estar social e do desenvolvimento rural (Cf Lundin 1992:27 e Alexander 1994:48-49).

Em Moatize não ocorreram estas situações, uma vez que tanto as Autoridades Tradicionais como os seus descendentes eram populares, junto da população local. Para além de que os

últimos, eram os secretários ou secretários adjunto dos bairros com a excepção dos secretários adjuntos dos bairros Liberdade e Chipanga que foram eleitos após o primeiro despedimento massivo que houve na Carbomoc em 1990.

Quando questionados acerca da existência de um grande número de descendentes das Autoridades Tradicionais, a trabalhar nos GD's, a maior parte dos entrevistados, refugiou-se em respostas quase idênticas, que se resumem na ignorância de tais arranjos, ou pura e simplesmente, no facto de sempre terem escolhido alguém com base no seu comportamento.

Com a realização do IIIº Congresso em Fevereiro 1977, a Frelimo passou de frente de libertação a um partido de vanguarda marxista-leninista. Nesta óptica, procurou "elitizar" as suas fileiras. Assim, outros requisitos passaram a ser exigidos para se fazer parte dos GD's.<sup>53</sup> Esta purificação/elitização contribuiu para a redução dos membros dos GD's, muitos dos quais não aprovavam o facto de se terem que expor à investigação o seu passado colonial.

Apesar da referida purificação, em algumas regiões, manteve-se uma ligação muito estreita entre a Autoridade Tradicional e os GD's, mostrando-se assim, que a primeira esteve sempre presente na governação da Frelimo ao nível da base.<sup>54</sup>

No geral de 1977 em diante, a tendência da Frelimo foi de colocar pessoas que gozassem da sua confiança, como membros dos GD's.

---

<sup>53</sup> Para além de não ter sido colaborador directo do regime colonial, (como foi anteriormente mencionado) nesta fase era necessário ter a confiança do partido no geral e da população local em particular. Para mais detalhes, Veja, Abrahamsson e Nilsson, op. cit:260.

<sup>54</sup> Dinerman (2000:140 e passim), constatou que em Nampula, a eleição dos GD's, passava primeiro pela nomeação de alguns parentes dos antigos régulos cabos de terra e por aí em diante., a mesma situação sucedeu em Moatize, onde muitos dos descendentes das Autoridades Tradicionais são secretários dos bairros, chefes de unidades ou chefes de quarteirão, colocados no poder as vezes com o conhecimento da população. A mesma abordagem encontrei em Geffray.

### *3.3 Tarefas dos Grupos Dinamizadores*

A Frelimo preconizou a existência dos GD's, como os concretizadores da democracia popular, tendo como principal tarefa a mobilização da população, para a produção colectiva (Hanlon 1984: e Isaacman & Isaacman 1983: 119-120).

Para falar das tarefas dos GD's é preciso diferenciar as mais variadas etapas. A primeira cobre o período do governo de transição, até a proclamação da independência, altura em que os GD's actuaram em diferentes esferas executando tarefas, tanto políticas como administrativas.

De entre as tarefas preconizadas estavam: a mobilização da população para participar nas reuniões nas suas residências e nos locais de trabalho, com o objectivo de difundir a linha política da Frelimo; o combate aos actos de sabotagem económica, contribuição para o aumento da produtividade, recolha de fundos para o Banco de Solidariedade, organização de jornadas de trabalho voluntário, promoção da alfabetização, combate dos "vícios da sociedade" "tradicional-feudal" e "colonial-capitalista" tais como o obscurantismo, o lobolo, a preguiça, a indisciplina, o alcoolismo, os ritos de iniciação, os casamentos precoces, a poligamia bem como a prostituição (Brito 1995:5 e 10).

Os GD's eram apenas os transmissores das decisões da direcção do partido e do Estado. Não chegavam a participar na formulação da orientação do partido, nem na preparação das decisões políticas da direcção do partido. Nalguns casos limitavam-se a debater as formas mais viáveis de aplicação das decisões da direcção do partido (Brito 1995:7 Cf. Saul [s.d.]:14).

Em Fevereiro de 1975, realizou-se em Mocuba, uma reunião nacional com os representantes dos Comités Distritais, na qual ficou decidido que os GD's, não eram ainda unidades políticas suficientemente sólidas para se transformarem em Comités do Partido.

Essa constatação surgiu porque a Frelimo considerou que ainda existiam elementos reaccionários, infiltrados no seu meio.<sup>55</sup>

Após a proclamação da independência em Junho de 1975 a direcção da Frelimo, preocupou-se em eliminar, todas as formas autónomas de organização social, tais como as associações comunitárias, culturais, científicas, estudantis, com a excepção dos clubes desportivos. O que a Frelimo considerava primordial era a criação de um novo dispositivo de controle social. Esta nova tendência da Frelimo, veio a ser concretizada em 1977 com a realização do III Congresso, onde ficou definida a seguinte estrutura: os GD's, que trabalhariam como estruturas de base ao nível dos bairros residenciais das cidades, as células e comités do partido a diferentes níveis, as Organizações Democráticas de Massas, as Assembleias do Povo e os Conselhos de Produção (Brito 1995 :7).

A partir deste período, o poder dos GD's, começou a reduzir gradualmente à medida que o partido Frelimo, foi colocando nos postos de direcção do aparelho do Estado, elementos ou quadros do partido que gozavam da sua confiança.

Em 1979 realizou-se a Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais, que serviu para analisar as dificuldades que estavam a surgir no trabalho dos GD's, depois da criação das Células do partido. Assim, ficou esclarecido que os GD's, deixariam de trabalhar como estruturas políticas, passando a ser apenas estruturas administrativas. A principal tarefa dos GD's passou a ser a mobilização da população na organização e transformação dos bairros existentes em bairros comunais (Frelimo 1979:10 e passim).<sup>56</sup>

De entre as tarefas a executar ao nível do bairro salientavam-se: a orientação/coordenação e controlo das comissões de quarteirão, apoio ao funcionamento de postos de saúde e escolas, organização dos residentes na luta contra o mercado paralelo, e acima de tudo a manutenção da vigilância popular, por causa da guerra civil (Grest 1995:69).

---

<sup>55</sup> Para mais detalhes Veja. Frelimo, 1975:2-3.

<sup>56</sup> Frelimo,1980: 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunais , Março Aldeia 3 de Fevereiro. e Frelimo,1979: 1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais. Maputo: Imprensa Nacional.



Segundo Pinto Buco as tarefas dos GD's passaram a ser: a mobilização da população, a resolução dos seus problemas e a sua organização em bairros, tarefas que não sofreram muitas transformações.<sup>57</sup>

De 1979 a 1980, a Frelimo procurou consolidar mais ainda as suas fileiras e é assim que na I Reunião das Aldeias Comunais difundiu-se a ideia de uma outra delimitação de tarefas para os GD's. Depois disso, os GD's passaram a trabalhar apenas como Comissão de

Moradores, aliás ideia que teve o seu início em 1979, aquando da Reunião sobre as cidades e bairros comunais. Todavia, eles continuariam sendo a presença da Frelimo, nos locais onde o partido não estivesse estruturado (CNAC 1980:25).

De 1980 a 1983 o país encontrava-se a braços com uma guerra civil, o partido Frelimo, precisava de encontrar formas de controlar melhor a população, resolver o problema da fome que se alastrava por todo o país

O IVº Congresso realizou-se em 1983 caracterizou-se por uma autocrítica do aparelho do Estado e dos seus métodos de trabalho. Ficou decidido que a centralização que se verificava nas decisões, pessoal e orçamento, deveria dar lugar a descentralização. Por outro lado a descentralização devia passar pelo reforço dos órgãos democráticos locais, através da cedência de maior autonomia do governo ao nível local (Frelimo 1983:47).

Deu-se primazia aos projectos de desenvolvimento a nível local em pequena escala, priorizando o aproveitamento de recursos e a implementação do projecto das aldeias comunais (Frelimo 1983:71).

Em Moatize, foram criadas as delegações locais da, Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e os Conselhos de Produção na Carbomoc.<sup>58</sup>

<sup>57</sup> Entrevista, Pedro Pinto Buco, Sede do distrito de Moatize, bairro 25 de Setembro, 17/08/00.

<sup>58</sup> As tarefas dos GD's foram passando gradualmente para os Comitês; Células do Partido, bem como para os Conselhos de Produção nos locais de Trabalho. O que sucedeu foi que a partir de 1983 criaram-se Conselhos

Muitos dos membros eleitos para os conselhos de produção eram descendentes de autoridades tradicionais. Isso aconteceu, porque, esta empresa carbonífera- a semelhança do que acontecia com os CFM- absorvia maior parte da mão de obra local. De modo que maior parte dos chefes tradicionais, tinha sempre um familiar a trabalhar na Carbomoc.

Quando a empresa parou coma extracção de carvão em 1993, alguns dos trabalhadores que eram chefes dos conselhos de produção, passaram a trabalhar como chefes de quarteirão ou mesmo como ajudantes dos secretários dos bairros, como é o caso de: Alfinete Manuel Dinga, Celestino Chiutse, Rupia Escova Chafukira.<sup>59</sup>

Nos anos subsequentes, estava já confirmada a redução de tarefas dos GD's a área administrativa. A eclosão da guerra fez com que a mobilização da população com vista a não adesão ao movimento da Renamo, fosse incluída no lote de tarefas dos GD's. Uma outra tarefa destacável, foi durante a campanha de operação produção como atestam as palavras de Abílio Njanje:

*Em 1983, tivemos a tarefa de recrutar os vadios, prostitutas, para o Niassa. Durante a guerra da Renamo realizávamos reuniões nas quais falávamos dos cuidados a ter durante a noite, por causa dos bandidos*<sup>60</sup>.

Sobre a participação dos GD's na campanha de Operação Produção, Chichava (1999:41), afirmou que estes foram apanhados de surpresa e como tal não tiveram tempo suficiente para planificar a operação. Constatou ainda que a implantação da operação produção, contrariou a *tradição e métodos da Frelimo, de auscultação popular*.

Esta constatação é deveras superficial porque os GD's, não foram concebidos para serem estruturas capazes de participar nas decisões do Partido e também porque quando a Frelimo

---

de Produção ao nível da Carbomoc, e mais tarde alguns membros dos mesmos, passaram a fazer parte dos GD's.. Outro destaque para 1983, foi o papel activo que os GD's tiveram aquando da campanha de Operação Produção.

<sup>59</sup> Entrevista, Alfinete Manuel Dinga, Rupia Escova Chafukira e Celestino Sabonete Chiutse, bairro Liberdade, 26 à 28/08/00

implementou a campanha de Operação Produção não estava preocupada em saber como é que os GD's iriam receber a notícia. Os GD's eram apenas os implementadores das decisões do partido.<sup>61</sup>

Em 1986, morreu Samora Machel e alguns dos descendentes das Autoridades Tradicionais que não colaboravam com a Frelimo passaram a fazer parte dos GD's e continuando com tarefa de mobilizar a população.

Em 1987 a Frelimo, introduziu o Programa de Reajustamento Económico (PRE). E com a realização do Vº congresso em 1989, formalizou a economia de mercado, abandonou o marxismo-leninismo e começou a privatizar parte da propriedade estatal. Nessa altura o papel do GD's já estava reduzido.

Sobre o PRE, Chichava (1999:43-44), salientou que nessa altura os GD's foram deixados à deriva, sem qualquer direcção. Uma vez mais é preciso ver que nessa altura a prioridade da Frelimo era a consolidação da formação do Partido-Estado. Por isso que, do V ao VI Congresso (1991), no qual a Frelimo se proclamou Partido de Democracia Social, as tarefas dos GD's, não constituíam prioridade do partido.

O que Chichava salientou também foi que os GD's, foram um dos grandes exemplos de participação comunitária em Moçambique, e que o seu trabalho e métodos organizados foram o garante da mobilização popular.

A visão de Chichava, faz parte da tónica dos discursos da Frelimo no pós-independência.

---

<sup>60</sup> Entrevista, José Albino Njanje, Sede do distrito de Moatize, bairro 1º de Maio 2/09/00.

<sup>61</sup> Sobre a participação dos GD's nas decisões do Partido Brito (1995:5-6) constatou que, numa primeira fase estes até eram convocados para as reuniões com os dirigentes, mas esta prática foi abandonada logo após a independência criando situações em que mesmo os militantes ficavam a par das decisões tomadas pelo Partido através da rádio e dos jornais como acontecia com toda a gente ficando assim impossibilitados de esclarecer à população com mais pormenores.

Para entender o funcionalismo dos GD's é necessário ir a génese da sua formação e não afirmar apenas que eles foram um bom exemplo de participação comunitária. Porque em

Moatize a facilidade de mobilização populacional que os GD's tiveram deveu-se em grande medida à colaboração das Autoridades Tradicionais e ao uso da coerção, e quando existe coerção não se pode falar de participação comunitária.

Em Moatize a maior parte das pessoas eleitas (para membros dos GD's) no pós-independência não foram substituídas nos anos subsequentes. No bairro 25 de Setembro Secretário (Pedro Pinto Buco) é o mesmo desde 1975. O mesmo acontece com José Albino Njanje Secretário do bairro 1º de Maio, Horácio Notice Tundumula, chefe de quarteirão no Bairro 25 de Setembro, António Jairosse Diogo, secretário do bairro Chipanga, de entre outros.

Pedro Pinto Buco, já havia apoiado o movimento guerrilheiro da Frelimo, e com o alcance da independência, foi um dos elementos, que participou na selecção dos GD's. Quando se começaram a estruturar as Células do Partido, como ele tivesse uma certa experiência no trabalho com a Frelimo, acabou trabalhando directamente com o Partido, mas por um curto espaço de tempo.<sup>62</sup> Mais tarde passou a trabalhar apenas como secretário do Bairro. Aliás, a própria designação (GD's), já não é usual, porque os actuais secretários estão praticamente reduzidos a função de mobilização da população.<sup>63</sup>

Quando se introduziu o debate em torno do reconhecimento das Autoridades Tradicionais os secretários dos bairros, portanto descendentes das Autoridades Tradicionais, participaram activamente na campanha de sensibilização e mobilização e quando foi da Assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, a sensibilização já ia a bom termo.

---

<sup>62</sup> Sobre a participação dos GD's, na formação das células do partido veja Chichava 1999:45.

<sup>63</sup> Entrevista, Pedro Pinto Buco, sede do distrito de Moatize, bairro 25 de Setembro, 16/08/00.

## CAPÍTULO 4

### AUTORIDADES TRADICIONAIS E GRUPOS DINAMIZADORES

#### *4.1. Relacionamento: Autoridades Tradicionais e Grupos Dinamizadores*

Este capítulo aborda o relacionamento entre as Autoridades Tradicionais e os GD's, fala também da incoerência dos discursos da Frelimo, que contribuiu para caracterizar o relacionamento existente entre as Autoridades Tradicionais e os GD's

De uma maneira geral, as relações entre as Autoridades Tradicionais e os GD's, caracterizaram-se por uma certa hostilidade, derivada dos propósitos da criação dos GD's. Porque se por um lado tiveram como função principal difundir a linha política da Frelimo, ao nível da base, por outro, foram criados para substituir as Autoridades Tradicionais, nas zonas rurais.

Ó da Silva (1998:22-23), no seu relatório de trabalho de campo realizado em Tete, mais concretamente nos distritos de, Moatize, Changara e Cahora Bassa afirmou também que as relações nunca foram amistosas. Mas o trabalho de campo mostrou-me uma realidade diferente.

As Autoridades Tradicionais, influenciaram a formação dos GD's. Isto justifica-se não só por causa das estratégias que a Frelimo foi adoptando, para manter as alianças com as Autoridades Tradicionais, como também pelo facto da cultura das comunidades locais ter-se sempre sobreposto a todo o tipo de governação formal instituída pelo Estado. Assim, se na escolha de um chefe tradicional as comunidades locais tiveram em conta a sua cultura, também a administração colonial e posteriormente a Frelimo, pautaram por uma política que "preservasse" as Autoridades Tradicionais.

Convinha que a direcção do Partido -ao nível dos discursos- continuasse a afirmar que um dos propósitos da sua governação era o de eliminar os vestígios das Autoridades Tradicionais. Na verdade tudo não passava de mera formalidade.

Na vila de Moatize a maior parte dos régulos apoiou a Frelimo durante a guerra colonial e os régulos em questão não trabalharam como membros dos GD's, mas puderam indigitar sempre um familiar seu. E a partir do momento que o referido familiar ia trabalhar como membro do Grupo Dinamizador, acabava por não trabalhar como Autoridade Tradicional ficando apenas nos GD's. Por sua vez o régulo embora tivesse apoiado a Frelimo, durante a luta de libertação, no pós independência, não podia exercer nenhuma actividade de chefia.

Os militantes da Frelimo eram claros ao afirmar que os régulos e mfumos não deviam continuar a ter poderes. O que não impediu que os GD's, fossem de quando em vez consultar os chefes tradicionais, sobre a melhor via a seguir para resolver alguns problemas.

Alguns régulos depois de indigitem um familiar seu para fazer parte dos GD's, retiraram-se da vila e foram morar noutras localidades. Isto não pode ser visto como descontentamento. Tal acontecia porque eles achavam que já não havia espaço para conviver com dirigentes, que outrora haviam sido seus subordinados.

Alguns dos entrevistados são descendentes de chefes tradicionais que durante o período colonial não moravam na Vila, depois da independência foram morar na vila. Quando se começaram a formar GD's, esses também foram eleitos. Porque os militantes da Frelimo ao mobilizarem a população local, para formarem GD's, deram primazia aos descendentes das autoridades tradicionais. Pois sabiam que trabalhando com estes, teriam facilidade de se fazer sentir no seio da população local.

Um dos exemplos é o de Bernardino Pangaia Malua, (filho do Mfumo Coelho Malua), actual secretário do bairro Chithatha, que passou toda a sua juventude no Malawi e apoiou a Frelimo na clandestinidade (Veja anexo 2).

Em todos os bairros da vila de Moatize, é notória a presença das Autoridades Tradicionais ao nível dos GD's.

No que respeita ao relacionamento e colaboração com os GD's, as autoridades tradicionais, não formam um grupo homogéneo: de um lado, estão os descendentes de régulos mfumos, sipaios, que durante o período colonial moravam noutras localidades do distrito, do outro, estão os descendentes das Autoridades Tradicionais, que mesmo durante o período colonial, moravam na vila.

O primeiro grupo não mostrava relutância em trabalhar para/com os GD's, talvez pelo facto de terem saído de uma realidade em que não tiveram oportunidade de ocupar uma posição de chefia, de acordo com a hierarquia tradicional local. E quando chegaram a vila, a possibilidade de trabalharem como chefe de quarteirão, apresentou-se-lhes como algo prestigioso.

O Segundo grupo, apesar de aceitar trabalhar com os GD's, procurou sempre ocupar lugares de destaque, e quando isso não acontecia, preferiam morar na vila como simples membros da comunidade. As vezes chegavam mesmo a afirmar que não trabalhavam com os GD's, porque não teriam proventos semelhantes aos dos seus antecessores no período colonial.

A existência de dois grupos diferentes no seio das Autoridades Tradicionais, não significa que existe alguma tensão no relacionamento entre estas duas formas de poder, isto porque os "descontentes" não formam um grupo significativo, capaz de representar uma fracção de dissidentes. Além disso os que se identificam com o segundo grupo só se retiravam da vila quando não conseguiam ocupar lugares de destaque nos GD's.

De qualquer das formas os GD's nunca consideraram as Autoridades Tradicionais como suas adversárias, também porque acima de tudo as autoridades tradicionais e os GD's acabaram sendo parte de um mesmo poder a partir do momento em que as Autoridades Tradicionais participaram na formação de GD's.

#### *4.2. Dos discursos oficiais à prática: sobre o banimento do poder tradicional no pós-independência*

Face a necessidade de construir um Estado independente, a Frelimo criou um discurso popular que visava atingir a população, por forma a permitir a sua rápida adesão ao seu projecto político. Os veículos transmissores das decisões da direcção do partido e do Estado foram os GD's.

Apesar da vontade da Frelimo, os seus discursos revelaram-se incoerentes, principalmente porque a realidade prática obrigou a Frelimo a colaborar sempre com as Autoridades Tradicionais.

Logo em 1974, aquando da tomada de posse do governo de transição, Samora Machel, falou da necessidade de combater os malefícios resultantes do colonialismo, e citava como um dos exemplos a existência da sociedade "tradicional feudal" (Samora Machel 1974:5).

Para o caso de Moatize torna-se difícil encontrar o ano específico em que a população notou o início de uma forma mais suave nos discursos da Frelimo, uma vez que logo em 1974, a população já havia escolhido consciente ou inconscientemente familiares das Autoridades Tradicionais para membros dos GD's, que em nada foram prejudicados pelas mutações do partido no poder.

Em 1977 no IIIº Congresso, o discurso da Frelimo estava ligado à centralização do poder, e a implantação da Frelimo ao nível da base. Nesta altura a Frelimo ainda enfatizava o banimento da Autoridade Tradicional, como empecilho à formação de um Estado popular e independente.

Após o IIIº congresso eclodiu a guerra civil e a semelhança do que aconteceu pelo país, a Frelimo procurou proteger a vila de Moatize, por forma a não permitir que a Renamo se implantasse facilmente.

Do IIIº ao IVº (1983) Congresso os discursos da Frelimo foram amaciando por diversas razões, assim, quando se realizou o IVº Congresso (1989) a preocupação da Frelimo já não eram as Autoridades Tradicionais, mas sim a guerra, a fome e a descentralização do poder. Como atestam as palavras do presidente Samora Machel, num comício realizado em Nampula:

*De que vamos falar amigos? Qual é a nossa agenda? (bandidos armados e fome!) Fome onde? Na cidade ou no campo? (na cidade) [...] Porquê? (há bandidos armados!) Portanto, o 1º ponto da nossa agenda é falar dos bandos armados e não armados, o 2º é o problema da fome (Machel 1983:1).*

Para Moatize, o congresso preconizou a necessidade de assegurar a realização de trabalhos geológicos,<sup>64</sup> por forma a ajustar os níveis de produção à capacidade efectiva de transporte local (Frelimo 1983:71).

A mobilização populacional para as minas de carvão da Carbomoc, foi parcialmente satisfeita.<sup>65</sup>

Quando Samora morreu em Outubro de 1986, algumas das Autoridades Tradicionais que haviam recusado trabalhar com os GD's em Moatize, aceitaram colaborar com estes últimos. Porque já notavam que a Frelimo não estava hostil a elas. Com a subida de Chissano ao poder, o novo governo estava mais preocupado em enquadrar-se na actualidade mundial e continuar a enveredar esforços por forma a pôr fim a guerra civil.

No Vº Congresso a Frelimo estava preocupada com a salvaguarda da soberania e da integridade territorial, preservação do projecto de edificação da sociedade democrática, bem como o fortalecimento da defesa nacional e popular com vista a eliminação do terrorismo e conquista da paz (Frelimo 1990:14-15).

---

<sup>64</sup> Segundo Pinto Cossa foi nessa altura que muita gente foi mobilizada a trabalhar na Carbomoc, salienta ele assim a Frelimo não precisou de se preocupar com as Autoridades Tradicionais locais. Entrevista: Pinto Cossa, distrito de Moatize, bairro 1º de Maio. 2/09/00.

<sup>65</sup> Entrevista Abílio Njanje, secretário do bairro 1º de Maio, sede do distrito de Moatize.

Daí que após o Vº Congresso se delinearão directivas tais como o aumento rápido da produção agrária, o aumento das exportações, a necessidade de melhorar a vida nas aldeias comunais, tudo isso tendo como dinamizadores do processo *os membros do partido enquadrados nas organizações de base que militam* (Frelimo 1989:).

O VIº Congresso realizou-se em 1991, apenas dois anos depois do anterior e a Frelimo situou o Congresso na colocação do partido em *unísono com o avanço irreversível da sociedade moçambicana*. De entre outras inquietações o Congresso, centrou as suas atenções no processo de paz, e no posicionamento do país desde a independência até aquela data. Ao falar das suas prioridades a Frelimo já não mencionou o banimento das Autoridades Tradicionais. (Frelimo: 1991:5).

Em 1990, entrou em vigor a nova constituição que contemplava a participação da já multipartidária sociedade civil na vida pública do País, e a Frelimo aproveitou-se do momento político para lançar um debate em torno do reconhecimento das Autoridades Tradicionais

Em Outubro de 1992 assinou-se o Acordo Geral de Paz e começaram a surgir de novo inquietações relacionadas com a Autoridade Tradicional.

O que é certo é que a Frelimo primeiro procurou oficialmente banir/destruir as Autoridades Tradicionais, (afirmando não querer funcionar com os vestígios da governação colonial), mas mesmo aquando da luta de libertação manipulou as Autoridades Tradicionais, de modo a garantir o seu apoio. Os seus discursos ao longo do tempo foram "amaciando" por diversas razões: primeiro porque a Autoridade Tradicional em muitos casos havia apoiado o movimento guerrilheiro, segundo, porque sabia ou não ignorava que alguns membros representantes da Autoridades Tradicionais, faziam parte dos GD's. Por outro lado quando garantiu a sua presença ao nível de base teve quase a certeza que as Autoridades Tradicionais iriam reduzir ou mesmo deixar de exercer as suas actividades em parte por causa da coerção exercida pelos GD's quando seleccionava os descendentes das linhagens dos chefes tradicionais para GD's.

Com a guerra civil mesmo as Autoridades Tradicionais que não estavam satisfeitas com a Frelimo não tiveram grandes oportunidades de passar para o lado da Renamo, porque os ataques da Renamo eram feitos do interior da vila em direcção a estrada nacional nº103, (sobre os ataques da Renamo falarei em seguida) Assim, a Frelimo sabia que iria captar o apoio da população de diversas maneiras, pese embora tivesse em mente os esforços enveredados pela Renamo no sentido de captar o apoio da Autoridade Tradicional para o seu lado.

Os discursos da Frelimo eram meramente estratégicos. Porque a Frelimo apesar de saber que não tinha projectos viáveis para a realidade moçambicana, começou por introduzir um discurso, anti-autoridade tradicional, porque sabia que esta forma de poder político dispunha de algum espaço de manobra, durante a governação portuguesa, tendo criado atritos com a população local. Por isso quando começou a guerra civil a Frelimo, não se preocupou em desenvolver o seu discurso contra a Autoridade Tradicional. Pelo contrário recuperou a sua estratégia de colaboração com os chefes tradicionais em tempo de crise.

#### *4.3. Moatize a Guerra Civil e o Posicionamento da Autoridade Tradicional*

Tal como aconteceu em quase todo o país a guerra civil, atingiu Moatize. Quando se deram os primeiros ataques o distrito estava mergulhado no projecto de socialização do campo. Muitos dos entrevistados, afirmaram que os primeiros ataques aconteceram em 1983, lá para os lados de Manica. De acordo com Paula Alguineiro a guerra começou a intensificar-se em 1982/3, quando colunas<sup>66</sup> eram atacadas, e no meio desses ataques o seu marido e filho sofreram bastante.<sup>67</sup>

A guerra teve um impacto desigual no distrito: ao longo da estrada nacional nº 103, não houve ataques intensos, porque o quartel da vila está localizado no bairro 25 de Setembro,

---

<sup>66</sup> Colunas eram conjunto de carros civis, escoltados por militares das Forças Armadas de Libertação de Moçambique (FADM).

<sup>67</sup> Entrevista, Paula Alguineiro, sede do distrito de Moatize, 28/07/00

que fica no centro da vila, próximo da estrada nacional nº 103.

Quando iniciaram os ataques da Renamo a tendência da população local era de se dirigir à estrada nacional nº 103. A partir das 18 horas a população local, saía do interior da Vila, para pernoitar no recinto da escola primária que se localiza próximo do quartel. Regressavam as suas casas, por volta das 5 da manhã<sup>68</sup>.

Logicamente que em sentido contrário, isto é da estrada nacional nº103, para o interior da vila, os ataques da Renamo foram intensos. Assim as autoridades tradicionais, não tiveram muitas oportunidades de entrar em contacto com a Renamo, uma vez que estes últimos contactavam as Autoridades Tradicionais, principalmente durante à noite e era nesse período que a população estava aglomerada próximo do quartel e da escola.

Para proteger a linha férrea e as suas infraestruturas a Carbomoc formou forças de defesa militar, que se designavam "Forças Locais de Protecção". Desta forma, a população local podia também pernoitar nos locais próximos da linha férrea e da parte central do Bairro da Liberdade onde a Carbomoc possui uma unidade residencial para os seus trabalhadores.<sup>69</sup>

Como resultado da guerra, nos restantes postos Administrativos do Distrito de Moatize: Zóbue e Cambulatsisi, as Autoridades Tradicionais, continuaram com as designações do período antes de 1961: régulos, mfumos, cabos de terra e sipaios. O que não aconteceu na vila de Moatize. Isto porque a Frelimo não teve tempo suficiente para se implantar ao nível da base. Ou por outra quando a Frelimo estava preocupada em estender à sua influência às zonas rurais, a guerra civil eclodiu e a Renamo aproveitou-se da situação para captar simpatias das Autoridades Tradicionais.

---

<sup>68</sup> Entrevista, Lúcia Aço, 25/08/00 Morais Chiutse, 26/08/00 Rupia Escova Chafukira, 28/08/00, Bairro Liberdade, Cabaquinha Pacate, 21/08/00 Bairro Chithatha, Raimina Sixpence, 30/08/00, Bairro Chipanga.

<sup>69</sup> Entrevista Artinha Passagem, 25/08/00, Domingos Roque, 27/08/00, Bairro Liberdade

Geffray, ao analisar as causas da guerra civil apontou tanto causas internas como externas, e de entre as causas internas cita a desvalorização das autoridades tradicionais e dos seus locais de culto.<sup>70</sup> Em Moatize, as autoridades tradicionais já haviam aprendido a viver com a ideologia da Frelimo, quer como membros da comunidade, quer como parte dos GD's. Por isso não tiveram grandes motivações para aderirem à Renamo. Os locais de culto são na sua maioria embondeiros onde geralmente se realizam as cerimónias tradicionais<sup>71</sup>, e ao mesmo tempo são as sedes dos GD's dos bairros. O único bairro da vila que possui instalações diferentes do embondeiro é o bairro Chithatha.

Um número reduzido de autoridades tradicionais em Moatize<sup>72</sup>, passaram para o lado da Renamo. Alguns entrevistados disseram que maior parte dos que passaram para o lado da Renamo, eram os que haviam apoiado o regime colonial, durante a luta de libertação. Provavelmente a leitura que os entrevistados fazem é semelhante a que maior parte da população moçambicana faz. Aliás a população comenta aquilo que ouve.

A Renamo, tentou de captar simpatias de alguns dos chefes tradicionais, como foi o caso de Morais Chiutse, filho do Mfumo Chiutse.<sup>73</sup> As tentativas da Renamo não foram muito felizes. A maior parte das Autoridades Tradicionais não aderiu ao movimento guerrilheiro. Porque não entendiam as motivações da guerra. Por um lado acabavam de conhecer a Frelimo e o seu projecto de formação de um estado independente, por outro lado começaram a ouvir falar de uma guerra entre moçambicanos a dúvida surgiu, afinal quem eram as pessoas que não queriam viver num país livre? Por isso optavam sempre por mobilizar a população para se protegerem contra a guerra.

---

<sup>70</sup> Veja Geffray, 1991. P.51 e passim.

<sup>71</sup> A cerimónia tradicional que é actualmente realizada é designada "mizimu", e serve para evocar os antepassados e afastar a vila de qualquer calamidade natural. Sobre esta cerimónia Wiese, relatou que já no século XIX, era praticada pelos caçadores de elefantes e que nessa altura servia para apelar ao espírito de um parente próximo, para acompanhar o caçador nas suas andanças. A cerimónia consistia na oferenda de uma certa bebida alcoólica, que é depositada no chão, ao mesmo tempo que se proferiam algumas palavras. Wiese, 1983, p. 56.

<sup>72</sup> Os "dissidentes" eram, quase sempre os descendentes das Autoridades Tradicionais que sempre moraram na vila.

<sup>73</sup> Este conta: "Eu fugi da Renamo, eles vieram ter comigo a noite e eu saltei pela janela, depois disso tive medo, deixei de trabalhar como chefe do quarteirão". Entrevista: Morais Chiaste, sede do distrito demonetize, bairro Liberdade.

Um dos impactos da guerra, foi a fortificação das relações entre a Frelimo e os chefes tradicionais, nos locais onde a Renamo não conseguiu implantar-se.<sup>74</sup> Isto justifica-se porque a Frelimo não teve tempo suficiente para explicitar melhor o seu projecto de socialização do campo, de tal forma que a população local, também não teve tempo para avaliar a eficácia dos projectos da Frelimo. A guerra contribuiu para a diluição das aspirações tanto da Frelimo como das Autoridades Tradicionais, que passaram a ver na Renamo um inimigo comum.

Se olhar para o Distrito de Moatize, verifica-se que o apoio que as Autoridades Tradicionais prestaram tanto a Frelimo como a Renamo, variou de acordo com sua localização geográfica. E por sua vez o apoio que as Autoridades Tradicionais deram aos dois movimentos influenciou na escolha da população. Assim na vila-sede e seus arredores, a Frelimo passou a desfrutar da simpatia da população local e nos locais distantes da vila, a Renamo conseguiu implantar-se. Situação idêntica aconteceu no Distrito de Marromeu, Província de Sofala, local em que Pereira (1996:6), constatou que:

*quanto mais rural distante ou marginal (em relação ao Estado) é a estrutura populacional, mais forte é a Renamo e, inversamente quanto mais urbana (próxima historicamente do Estado geográfica, social ou economicamente) mais forte é a Frelimo.*

A aproximação económica dos habitantes da vila de Moatize foi a Carbomoc e a aproximação histórica, está relacionada com o apoio que os régulos prestaram à Frelimo durante a luta de libertação. Contudo o despedimento massivo e gradual de trabalhadores, das minas de carvão da Carbomoc, que iniciou em 1990, contribuiu para que o apoio de que desfrutava a Frelimo na Vila reduzisse gradualmente.

---

<sup>74</sup> Entrevista, Waize, Rufino e Antonieta, sede da Administração distrital de Moatize, 2/09/00. A mesma situação sucedeu em Marracuene, segundo constatações tiradas por Mbilana.

## CAPÍTULO 5

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução político-administrativa da Autoridade Tradicional no Moatize, como aliás toda a história da Autoridade Tradicional em Moçambique está relacionada com a presença portuguesa no território e as políticas da Frelimo no pós independência.

No final do século XIX e princípio do século XX, o regime colonial através das campanhas de pacificação, iniciou a sua forma primeira de subjugação do poder Tradicional. Assim, até a primeira metade do século XX, - toda uma série de reformas foram introduzidas por forma a tornar a Autoridade Tradicional mais moldável à realidade colonial.

Se até 1960, a preocupação da administração colonial- em relação à Autoridade Tradicional, foi apenas criar mecanismos de manutenção desta forma de poder ao nível de base da sua administração, o início da luta armada, trouxe uma viragem nas políticas da administração colonial. Isto porque com o início da luta armada a administração portuguesa, ao construir aldeamentos, reforçou o seu controle e reduziu o espaço de acção da Autoridade Tradicional.

Apesar dos régulos terem tido aldeamentos sob sua influência, a sua presença política começou a enfraquecer. Nesta perspectiva alguns régulos optaram por apoiar a Frelimo como forma de ganhar simpatias deste ou por apoiar tanto a Frelimo como a administração colonial por forma a não perder os privilégios adquiridos ao longo do tempo.

O apoio que os régulos deram ao movimento da Frelimo durante a luta de libertação, garantiu a presença dos seus descendentes nas formas de poder político criadas pela Frelimo no pós-independência, que foram os GD's, que tiveram como objectivo principal, divulgar/garantir a presença da Frelimo ao nível da base, e eliminar os vestígios da Administração colonial.

Nesta perspectiva os GD's acabaram sendo a continuidade do Poder Tradicional pelas seguintes razões:

- A Frelimo não tinha maturidade política suficiente para criar –sozinha- um poder político de base, que não tivesse relação directa com as tradições ideologia, concepções e práticas das comunidades locais.
- A Frelimo cedo reconheceu a importância dos chefes tradicionais, durante a luta de libertação, por isso, antes de atacar uma determinada região contactava primeiro os chefes tradicionais, porque sabia que com o apoio que eles podiam prestar ao movimento, mais facilmente a população local aderiria à sua luta.
- O Distrito de Moatize, era um ponto estratégico: tinha uma empresa carbonífera, uma linha férrea a ligar duas cidades e uma estrada que o liga ao Malawi. As forças da Frelimo não negligenciaram esforços para captar simpatias da população local. Assim, a notificação da presença do movimento da Frelimo foi através do contacto com um régulo.
- O poder das Autoridades Tradicionais -principalmente régulos- já estava enfraquecido por causa dos aldeamentos, e isso facilitou o trabalho de mobilização da Frelimo. Nos aldeamentos a administração colonial reforçou o controle que vinha exercendo sobre os régulos por causa da guerra colonial assim os régulos eram tidos como os veículos de subversão.
- Moatize já possuía tradição de resistência -como resultado do apoio que alguns régulos locais prestaram à UNAMI e a experiência que tiveram relativamente a resistência ao cultivo forçado de algodão. Os régulos que apoiaram a UNAMI e a Frelimo, foram presos pela PIDE. Foram eles: Chaleca, Chacala e Sipanela.
- A Frelimo aproveitou-se da influência dos régulos para criar os GD's facilitando-os a nomearem os seus descendentes para membros dos GD's.

- A história das actividades clandestinas do Régulo Sipanela, contribuiu para fortificar/aumentar o apoio que a população da vila vinha dando à Frelimo.
- Quando a guerra civil se fez sentir no Distrito de Moatize a partir de 1983, as relações entre as Autoridades Tradicionais e GD's já estavam estabilizadas, dificultando o apoio que as Autoridades Tradicionais poderiam dar à Renamo.
- A localização geográfica do quartel da Vila de Moatize, facilitou o confinamento da população local, durante a noite, dificultando o apoio que tanto a população como os chefes tradicionais poderiam dar a Renamo.
- A guerra civil, alterou as tarefas dos GD's, ficando estes com o papel de mobilizadores da população local, por forma a defenderem-se dos ataques da Renamo.
- A criação das "Forças de Protecção Local" na Carbomoc, facilitou em certa medida o trabalho das Forças Armadas de Libertação de Moçambique que estavam no quartel da vila-sede.
- Por sua vez guerra civil atenuou o discurso anti-autoridade tradicional, que a Frelimo vinha tendo no pós-independência.
- A guerra civil desviou a atenção tanto da Autoridade Tradicional, como da população local, criando um ambiente de revolta contra a Renamo e união em torno da luta em prol de uma causa comum.
- A concentração da população na vila-sede de Moatize e nos arredores das infraestruturas da Carbomoc, facilitou o contacto entre os militares da Frelimo e a população local.
- A Frelimo concebeu a formação dos GD's como unidades políticas intermédias,

administrativas e partidárias enquanto a sua estrutura de base, não fosse totalmente solidificada. Como as Autoridades Tradicionais foram também formas de poder político de base da administração colonial, a formação dos GD's não dificultou as relações entre os dois poderes.

- A semelhança do que fez a administração colonial, a Frelimo manipulou as Autoridades Tradicionais, de modo a viabilizar o seu projecto de formação de um Estado popular.

- Os GD's, aproveitaram-se da experiência dos membros dos conselhos de produção da Carbomoc, para organizar melhor as suas actividades.

- A Frelimo não hostilizou os chefes tradicionais que apoiaram o seu movimento, mas manteve-os afastados da liderança dos GD's.

- A Constituição da República, que entrou em vigor em 1990, preconizou uma abertura política contemplando a participação da sociedade civil na vida pública do País, favoreceu a criação de um clima político em que o lançamento de um debate em torno do reconhecimento das Autoridades Tradicionais, foi considerado algo oportuno.

Com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Outubro 1992 a Frelimo, aproveitou-se da abertura política para efectivar o debate acerca da integração das Autoridades Tradicionais na sua governação ao nível de base. Todavia no Distrito de Moatize o impacto deste debate foi quase nulo, uma vez que as Autoridades Tradicionais já se encontravam de certa forma integradas na estrutura administrativa do Estado, com a excepção dos dissidentes/descendentes das Autoridades Tradicionais que haviam recusado trabalhar com os GD's, estes apesar de serem em menor número, acolheram a ideia do debate com entusiasmo e/ou porque esperavam colher benefícios significativos.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES PRIMÁRIAS

a) AHM (Arquivo Histórico de Moçambique)-Maputo

Castilho, A. 1880: *O Zambeze: Apontamentos de duas viagens*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

Castilho, A. 1891: *Relatório da guerra da Zambézia em 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Direcção Provincial dos Serviços de Economia, 1970: *Estudo 13: Divisão Administrativa de Moçambique por Regedorias*. Lourenço Marques.

Fundo de Tete [FT]- Moatize: Cxs: 97 104,105, 106, 107, 109.

FT- Arquivo Confidencial do Governo de Tete, Cx 42.

Gamito, A. 1854: *O Muata Cazembe e os povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral*. Diário da expedição portuguesa comandada pelo Major Monteiro e dirigida aquele imperador nos anos de 1831-1832. Lisboa: Imprensa Nacional.

GDT/SDAC, [Governo do Distrito de Tete/Serviços Distritais de Administração Civil], 1966. Acta das sessões da reunião dos Administradores e do Intendente com o governador do distrito, Tete.

GDT/SDAC, 1967: 2ª Conferência de Administradores de Concelho e Circunscção, Tete.

Grilo, V. 1972: *Aspectos sócio-políticos do Distrito de Tete*. Lourenço Marques: SCCIM.

Junta Provincial de Povoamento, 1970: *Dados e condicionalismos do problema do povoamento em Moçambique*. Lourenço Marques.

Ornelas, A. de. 1936: *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*. Vol. III, Lisboa.

República Portuguesa, 1933. *Reforma Administrativa Ultramarina*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

Wiese, C. 1983: *Expedition in East-Central Africa 1888-1891: a report*. London: Rex collings.

## *Legislação*

BO N 22 Decreto lei nº 39666 de 31. 05.1954 1ª Série

BO N 36 14.09.1961.1ª Série: 100

Decreto-lei nº 43 893

Decreto nº 43 895

Decreto nº 43 896

Decreto nº 43 897

Lei nº 1/77 de 1 de Setembro e Lei nº 3/77 de 17 de Dezembro in "República Popular de Moçambique. Principal Legislação promulgada pelo Governo da República Popular de Moçambique,".Vol , de 25 de Junho de 1977 a 25 de Junho de 1978. Maputo: Imprensa Nacional.

## *Entrevistas Individuais*

### *Bairro 25 de Setembro*

Bernardo Sande, 17/08/00

Horácio Notice Tundumula, (neto do antigo Régulo Tundumula da Localidade de M'panzo) actual chefe de unidade, 16/08/00

José de Almeida Ussalo (irmão do Mfumo Ussalo), 18/08/00

Luísa Sampaio, 16/08/00

Pedro Pinto Buco, (filho de Buco Khoca, ajudante do Mfumo Jequessene da Localidade de Catsanha), actual secretário do bairro

Rufino Chero Chadreque, 18/04/00

Secretário Joaquim, 16/08/00

### *Bairro Chithatha*

Alface Ntefula, 23/08/00

Araújo Zacarias, 22/08/00

Bernardino Pangaia Malua (filho do Mfumo Coelho Malua), actual Secretário do Bairro

Cabaquinha Pacate, 21/08/00

Cebola Janasse, 23/08/00

Farnela Vale, 19/08/00

Fernando Ntefula, (primo do Régulo Sipanela), 23/08/00

Joferina Pacate Garufo, (membro da OMM), 19/08/00

José Barato, 20/08/00

Nesta Mainote, (responsável da OMM), 23/08/00

Sardinha Chassueca Sabão, 23/08/00

#### *Bairro Liberdade*

Alfinete Manuel Dinga, (neto do Régulo Geraldo) actual chefe de uma unidade, 27/08/00

Armando Janota, 24/08/00

Artinha Passagem, 25/08/00

Celestino Sabonete Chiutse (neto do Régulo Chiutse) antigo chefe de quarteirão, 26/08/00

Domingos Roque, 27/08/00

Lúcia Aço, 25/08/00

Morais Chiútse, (filho do Régulo Chiútse), antigo chefe do quarteirão, 26/08/00

Rupia Escova Chafukira, (chefe da OMM), 28/08/00

#### *Bairro Bagamoyo*

Domingos Augusto, Secretário do bairro, 29/08/00

Domingos Frank Ndalísua (filho de um Sipaio), 29/08/00

Sinadia Janico, 28/08/00

Jesse Chiringa, 28/08/00

Kupassali Chagaka, 28/08/00

Lena Ferrão, 29/08/00

Paula Alguineiro, 28/07/00

Sinadia Janico, 28/08/00

### *Bairro Chipanga*

Abílio Razão Algum Dia, 30/08/00

António Jairosse Diogo, sobrinho de um sipaio, actual secretário do bairro, 1/09/00

Arnaldo Devete, chefe de unidade, filho do Sipaio Devete, 31/08/00

Eduardo José Masavula, 31/08/00

Mamperanpanzo Chontho, 31/08/00

Minerva Interesse, 30/09/00

Raimina Sixpence, 30/08/00

Saraiva Santana, 30/08/00

### *Bairro 1º de Maio*

José Albino Njanje, actual secretário do bairro, 2/09/00

Luís Cambaza Semente, (neto do antigo régulo colonial Semente), antigo Chefe da Célula e posterior chefe da cultura e desporto, actualmente não exerce nenhum cargo de chefia

Pinto Cossa, actual chefe de unidade, 2/09/00

Sinosse Saidene, bairro 1º de Maio, 2/09/00

Alfinete Mosca, 2/09/00

Administração do Distrito de Moatize

Evaristo, funcionário da Administração Distrital, ajudante na tradução e na realização do trabalho de Campo, 3/09/00

### *Entrevistas Colectivas*

Sabão Chassueca, Aida Domingos, António Miguel, Jacinta Pedro, Mário Escova, bairro Chithatha, 24/08/00

Waize, Rufino, Antonieta, Sede da Administração distrital de Moatize, 2/09/00

### **Textos Oficiais**

Administração do Distrito de Moatize, 1998: *Relação Nominal das Autoridades Tradicionais, áreas de Jurisdição, líderes comunitários e respectivo número da população.*

Administração do Distrito de Moatize, 1998: *Breve informação sobre a Vila de Moatize.*

Administração do Distrito de Chemba, 2000: *Distribuição das aldeias e Povoações do regulado Mulima.*

CNAC, 1980: *1ª Reunião Nacional das Aldeias Comuns -Resoluções sobre questões económicas sociais e culturais, Março, Aldeia Comunal 3 de Fevereiro.*

FRELIMO, 1970: *Relatório da 4ª Sessão do Comité Central ao II Congresso.* Maputo.

FRELIMO, 1975: *Reunião Nacional dos Comités Distritais em Mocuba, 16-21 de Fevereiro.* Maputo.

FRELIMO, 1976: *8ª Sessão do Comité central, Resoluções sobre Aldeias Comuns, 27 de Fevereiro.* Maputo.

FRELIMO, 1977a: *O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular (Relatório do Comité Central ao Terceiro Congresso).* Maputo.

FRELIMO, 1977b: *Directivas económicas e sociais (Documentos do Terceiro Congresso).* Maputo.

FRELIMO, 1979: *1ª Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comuns.* Maputo.

FRELIMO, 1983: *Directivas económicas e Sociais (Documentos do Quarto Congresso).* Maputo.

FRELIMO, 1989: *Directivas económicas e sociais (Documentos do Quinto Congresso)*. Maputo.

FRELIMO, 1991: *Relatório do Comité Central ao 6º Congresso*. Maputo.

Instituto Nacional de Estatística, Delegação Provincial de Tete, 2000: *Distrito de Moatize*, Tete.

Machel, S. 1983: *Sindicatos são o braço do partido para a organização dos trabalhadores*. Discurso do Presidente Samora Machel na abertura da conferência constitutiva dos sindicatos. CEA- Cota-Pasta nº 042: 342 511/(679)

Machel, S. 1983: *Nossas estruturas não devem ser refúgio para incompetentes*. Presidente Samora Machel, no comício popular de dois dias em Nampula. CEA-Cota (1)3/ZG.

Machel, S. 1974: *Message from the President of Frelimo on the occasion of the investiture of the Transitional Government of Mozambique*, Maputo. CEA- Cota Pasta nº 325.48(679) (P) 1/P

### Fontes Secundárias

Abrahamson, H; Nilsson, A. 1994: *Moçambique em transição: um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Gotenburgo/Maputo: CEEI-ISRI.

Alexander, J. 1994. " Terra e autoridade política no pós-guerra em Moçambique: o caso da Província de Manica" in *Arquivo*,16:5-95.

Araújo, M. 1988: *Características da distribuição espacial da população rural na República Popular de Moçambique: um exemplo da transformação no uso do espaço*. Lisboa: Faculdade de Letras [Tese de Doutoramento].

Balandier, G. 1987: *Antropologia política*. Lisboa: Presença.

Basílio, X. 1965: *Antecedentes históricos da Reforma Administrativa de Moçambique de 1907*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina [Tese de Licenciatura].

Benedito, S. (Coord) 1986: *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Borges Coelho, J.P. (ed), 1991: " Entrevista com Celestino de Sousa: a actividade da Frelimo em Tete", 1964-1967", in *Arquivo*,10:133-168.

Borges Coelho, J. P. 1989: *O início da luta armada em Tete, 1968-1969: A Primeira fase da guerra e a reacção colonial*. Maputo: AHM.

Borges Coelho, J.P. 1993: *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete(1968-1982): A History of resettlement Policies. development and War*. University of Bradford: Department of Social and Economic Studies [Tese de Doutoramento].

Brito, et al. 1985: *História da luta armada de libertação nacional*. Maputo [não publicado]

Brito, L.de 1995: *Moçambique independente: o novo espaço político*. /Texto de Apoio, Moçambique contemporâneo. Maputo: UEM, UFICS, [mimeo].

Cahen, M. 1985: "Etat et pouvoir populaire dans le Mozambique indépendant", in *Politique Africaine*, 19.

Casal, Y. 1996. *Antropologia e desenvolvimento: aldeias comunais de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical.

Chichava, J. 1999. *Participação comunitária e desenvolvimento: o caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique*. Maputo: Ministério da Administração Estatal.

Dava, F. 1997. *As Mudanças na estrutura política da Autoridade Tradicional de Bilene-Macia C. 1800-1974*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane.

Dinerman, A. 2000: "O Surgimento dos antigos régulos como "Chefes de Produção" na Província de Nampula" 1975-1987 [manuscrito].

Egerô, B. 1992: *Moçambique: Os primeiros dez anos de construção da democracia*. Maputo: AHM.

Eliseu, A. e Medeiros, E. 1991: " Formas de Cooperção e Ajuda Mútua nas Comunidades Nyungwe de Tete, in *Arquivo*, 10: 169-184.

Geffray, C. 1991: *A Causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento.

Grest, J. 1995: " Gestão Urbana, reformas de governo local e processo de democratização em Moçambique: cidade de Maputo,1975-1990", in *Arquivo*, 17:57-86.

Hanlon, J. 1984: *Mozambique: the revolution under fire*. Londres: Zed Books.

Hedges, D.(Coord), et al.1993: *História de Moçambique*. Vol 3. Maputo: UEM.

Isaacman, A. *The prazos da coroa, 1750-1902:continuity and change in the lower Zambezi valley*. [S.l; S.d]. Vol 1 -AHM- Cota- B0447.

Isaacman, A. 1979: *A Tradição de resistência em Moçambique: o vale do Zambeze,1850-1921*. Porto: Afrontamento.

Isaacman, A. & Isaacman, B. 1983. *Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982*. London: Westview Press.

Lobo, R. 1966. *As autoridades tradicionais e organizações das regedorias de 1961*. [Tese de Licenciatura] Lisboa.

Lundin, I. e Machava, F.(ed), 1995: *Autoridade e Poder Tradicional*. Vol II. Maputo: Ministério da Administração Estatal; Núcleo de Desenvolvimento Administrativo.

Lundin, I. e Machava, F.(ed), 1998: *Autoridade e Poder Tradicional*. Vol II. Maputo: Ministério da Administração Estatal; Núcleo de Desenvolvimento Administrativo.

Manganhela, A. 1998: *Poder Tradicional e sua legitimidade no contexto histórico de Gaza. Estudo de caso no Distrito de Chibuto 1897/1996*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane.

Mbilana, G. 1996. *O posicionamento dos chefes tradicionais e o comportamento da sua Autoridade perante o poder político nacional: o caso de Marracuene*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane.

Ministério da Administração Estatal. 1998: *Folhas informativas dos 33 Municípios*. Maputo.

Monteiro, A. da S. 1924: *Direitos e deveres das autoridades indígenas do Distrito de Tete*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional

Munslow, B. 1983: *Mozambique: the revolution and it's origins*. London: Longman.

Mutaquinha, J. 1998 "Relatório do trabalho de campo realizado na província de Nampula" in Lundin, B. e Machava, J.(ed) *Autoridade e Poder Tradicional*. Vol I. Maputo: Ministério da Administração Estatal, PP 9-18.

Newitt, M. 1973: *Portuguese settlement on the Zambezi: exploration, land tenure and colonial rule in East-Africa*. London: Longman.

Newitt, M. 1995. *A History of Mozambique*. London: Hurst Company.

Nhancala, O e Alfane, R. 1995:"Como a legislação administrativa colonial incidiu na Autoridade e Poder Tradicional em Moçambique", in Lundin, B.e Machava F.(ed), *Autoridade e Poder Tradicional*.Vol II. Maputo: Ministério da Administração Estatal; Núcleo de Desenvolvimento Administrativo.

Ó da Silva, A. 1998: "Relatório do trabalho de campo realizado na província de Tete", in Lundin B.e Machava, F.(ed), *Autoridade e Poder Tradicional*. Vol II.Maputo: Ministério da Administração Estatal; Núcleo de Desenvolvimento Administrativo.

Pereira, G. 1997. "As primeiras eleições multipartidárias e o comportamento eleitoral no Distrito de Marromeu", in *Arquivo*, 21:5-52.

Pinhal, E. 1971: *Aspectos da divisão e ocupação Administrativa em Moçambique a Norte do Zambeze, 1885-1910*. Lisboa: ISCSN [Dissertação de mestrado].

Rita-Ferreira, A. 1958: *Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Roque, C. 1995: "Análise do momento actual do ponto de vista da problemática sócio cultural e o papel da Autoridade Tradicional africana neste contexto", in Lundin I. e Machava, F.(ed), *Autoridade e Poder Tradicional*. Vol II. Maputo: Ministério da Administração Estatal; Núcleo de Desenvolvimento Administrativo.

Saul, J. 1980: "The Politics of Mozambican Socialism", in *Southern African Economy: Society and Economy Liberation*, 145-146.

Thompson, B. 1939: The Oriental ancestry of the aulaya "Nhúngue", in *South African Journal of Science*, Vol XXXVI, pp 83-98.

Vieira, S. 1983: "El futuro Socialista de Mozambique", in *Revista Internacional*, 11/83 303.

### **Manuais e obras de referência**

Amaral, W do.(Compil). 1995: *Guia para apresentação de teses, dissertações trabalhos de graduação*. Maputo: UEM.

Coughlin, P. e Langa J. 1994: *Claro e Directo: como escrever um ensaio*. Maputo: UEM.

Fachin, O. 1993: *Fundamentos de Metodologia*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

Hunne, L.(Org). 1992: *Metodologia científica: cadernos de textos e técnicas*. Rio de Janeiro: Agir.

Leccourt, D. 1980: *Para uma crítica da Epistemologia*. 2ª ed. Lisboa: Assírio e Alvim.

Neto, J. 1963: " Régulo", in *Enciclopédia Luso-brasileira de cultura* 16 Vol. Lisboa: Editorial Verbo. P. 109-110.

Silva, S. e Pinto, M.(org). 1986: *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento

## Periódicos

Notícias, de 25 de Junho de 1975.

Tempo, 23 de Maio de 1999

# ANEXOS

## ANEXO 1

### GUIÃO DE ENTREVISTAS

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Naturalidade:

Régulo:

Mfumo:

Data da entrevista:

#### **Autoridades Tradicionais**

1. Como é que acha que surgiu a Autoridade Tradicional aqui em Moatize?
2. A quem é que vocês consideram verdadeiros chefes tradicionais? Em que é que se baseiam?
3. Que alterações notórias se verificaram na divisão administrativa (da Vila), comparativamente ao período colonial?
4. Como é que foi o seu enquadramento no período colonial? E quais eram as suas actividades?

5. O que aconteceu com o Autoridade Tradicional quando se iniciaram os aldeamentos coloniais?
6. Com o início da crise dos aldeamentos o que aconteceu com a Autoridade Tradicional?
7. Qual foi a posição da Autoridade Tradicional durante a guerra colonial?
8. Após a proclamação da independência, o que é que sucedeu com a Autoridade Tradicional?
9. Como é que o projecto das aldeias comunais influenciou na posição da Autoridade Tradicional ?
10. Quando se começam a formar os Grupos Dinamizadores, quem passou a fazer parte deles?
11. Como é que se pode caracterizar a relação entre os Grupos Dinamizadores e a Autoridade Tradicional?
12. Para resolução de conflitos a quem é que a população local recorre?
13. O que tem a dizer acerca do início da Guerra civil entre a Frelimo e Renamo?
14. Com o início da guerra qual foi a posição da Autoridade Tradicional (em relação aos dois intervenientes)?
15. Com o final da guerra que modificações ocorreram no seio da Autoridade Tradicional?
16. Como é que se pode caracterizar a relação entre a população local e o poder tradicional?

## Grupos Dinamizadores

1. Quais eram as condições necessárias para se fazer parte dos Grupos Dinamizadores?
2. Que alterações notórias se verificaram na divisão administrativa, (da Vila), comparativamente ao período colonial?
3. Quais eram as suas tarefas? E que mudanças foram sofrendo quando se criaram as Células, Comités do partido?
4. Como é que os Grupos Dinamizadores se enquadraram no projecto das aldeias comunais?
4. Como é que se pode caracterizar a relação existente entre os Grupos Dinamizadores e a Autoridade Tradicional, no pós independência na altura do início e no final da guerra civil?
5. Em relação a actividade dos Grupos Dinamizadores que avaliação se pode fazer nos casos de resolução conflitos?
6. Como é que se pode caracterizar a relação dos Grupos Dinamizadores com a população local?
7. O que tem a dizer acerca do início da guerra civil?
8. O que tem a dizer acerca da Carbomoc, da criação dos conselhos de produção e sua influência na vida dos Grupos Dinamizadores?

## **Anciãos, antigos Sipaiois e alguns elementos da comunidade**

1. Como é que acha que terá surgido a Autoridade Tradicional aqui em Moatize?
2. Que alterações notórias se verificaram em termos de divisão administrativa, comparativamente ao período colonial?
3. Como é que era a relação entre a população local e a Autoridade Tradicional, no período colonial e no pós independência?
4. Qual foi o enquadramento da Autoridade Tradicional nos aldeamentos?
5. Quando se verificou a crise dos aldeamentos, qual foi a posição da Autoridade Tradicional?
6. Com a proclamação da independência que mudanças se verificaram no seio da Autoridade Tradicional?
7. Em que é que se baseavam para escolher os Grupos Dinamizadores?
8. Para resolução de conflitos a quem é que a população local recorre?
9. Que mudanças ocorreram na estrutura político-administrativa da Vila com a implementação do projecto das aldeias comunais?
10. O que tem a dizer acerca do início e do desenrolar da guerra civil?
11. Com o início da guerra civil o que aconteceu ao Poder Tradicional?
12. O que tem a dizer acerca da Carbomoc e da sua influência na vida da população bem como na dos Grupos Dinamizadores?

13. Como é que veêm a relação entre os Grupos Dinamizadores e o Poder Tradicional, após a proclamação da independência e nas fases subsequentes até a assinatura do Acordo Geral de Paz?

## ANEXO 2

### TESTEMUNHO DE ALGUNS DOS ENTREVISTADOS

Os anexos que se seguem, baseiam-se nos testemunhos de alguns dos entrevistados. A ordem das respostas, sofreu algumas alterações para melhor enquadrar os acontecimentos.

Nome: Bernardino Pangaia Malua, filho do Mfumo Coelho Malua (actual secretário do bairro Chithatha)

Idade: 45 anos

Estado Civil: Casado

Naturalidade: Chithatha

Régulo: Sipanela

Mfumo: Coelho Malua

Data da entrevista: 22/08/00

Ao que tudo leva a crer a Autoridade Tradicional teve a sua origem aqui em Moatize, isso porque todos os régulos; Mfumos são naturais de Motize, nunca ouvi falar de algum chefe tradicional que fosse de uma outra área. Aliás o meu pai Coelho Malua era mfumo da Vila e é natural daqui, tanto ele como o régulo Sipanela são naturais daqui.

Não posso entrar em muitos detalhes acerca da história da Autoridade Tradicional porque uma grande parte da minha vida passei-a no estrangeiro, mais concretamente no Zimbabawe e no Malawi.

Quando começaram os aldeamentos em 1961 eu já havia saído daqui e fixara residência no Zimbabawe e, tinha resolvido visitar a família, porque minha mulher e meus filhos ainda estavam cá. Nessa altura, o Régulo Sipanela foi preso e eu também, porque sempre trabalhei directamente com ele, aliás esta foi uma das causas da minha estadia no Zimbabawe.

Na cadeia, não sei porque razão puseram-nos na mesma cela, e durante a noite Sipanela sempre dizia: "*tu és criança, foge daqui, eu já tenho uma idade avançada, nada mais posso fazer e muito menos tentar fugir*", eu tinha sempre um certo receio. Mas mesmo assim não punha a idéia totalmente de lado.

Neste contexto, o primeiro a fugir foi o Baltazar Chagonga (enfermeiro da Carbonífera, actual Carbomoc). Logo em seguida (eu e o Sipanela) armámos um plano de fuga, e foi muito fácil executá-lo, porque eu tinha um carro. Num desses dias disse a um dos guardas que precisava de ajuda para concertar o meu carro, ao que ele acedeu. Viemos para cá (Chithatha), o referido guarda quis beber uns copos, prontifiquei-me logo a comprar 20 litros de vinho, ele embebedou-se. Posto isto aproveitei fugir, fui até a casa levei a minha mulher, arrumei as malas e fui até Tsacama, onde pernoitei, e no dia seguinte cheguei a Blantyre (Malawi).

No Malawi vivia com muito medo, porque os portugueses andavam por lá e eram capazes de me descobrir pela matrícula do carro, assim, tive que me deslocar a uma outra zona onde pude esconder o carro. Passado algum tempo construí a minha casa.

Em 1962, chegou o Sr Mutaca, vindo de Dar-es-Salaam, e disse que andava a procura de pessoas para irem a um curso(em Dar-es-Salaam), prontifiquei-me a ir, deixei a minha família e parti.

Quando lá chegamos fomos recebidos por Chissano, que nos explicou os objectivos do curso. Ficámos lá cerca de três meses, e depois partímos para Argélia, onde nos encontrámos com Samora Machel e o enfermeiro Baltazar. Chegados a Tsacama alguns dos que connosco estavam decidiram recuar alegando ter mulher e filhos, de entre eles posso mencionar o Sr Gandanga e seu irmão Sampaio.

Quando acabamos o curso na Argélia éramos 250, começamos a lutar sem armas, as que conseguíamos adquirir eram resultantes de furtos. A título de exemplo, em Cabo Delgado cerca de dois dias lutámos sem armas, as nossas armas ainda não haviam chegado. Aliás, foram essas armas que provocaram a morte de Filipe Samuel Magaia, porque nessa altura muitos queriam ocupar o lugar dele. Como resultado das desavenças ele acabou levando um tiro em circunstâncias equívocas, levei-o ao hospital e ele disse que já sabia que haveria de morrer, tive vontade de chorar, mas foi aí que ele disse "*não chores, porque a minha morte significa a liberdade de Moçambique*". Após a sua morte levámo-lo a Dar-es-Salaam, e depois daí colocou-se a questão da sua sucessão, e enquanto não se escolhia outra pessoa quem comandava era Mr. Miller, um sr. proveniente dos Estados Unidos, o pai dele era moçambicano. Ele havia chegado a Moçambique porque ouvia sempre Mondlane dizer que gostaria de libertar o seu país. Quem nos havia organizado aquando da viagem a Argélia havia sido ele, que trabalhava na área de manutenção, não gostávamos muito dele, mais tarde ele acabou fugindo para os Estados Unidos, não sei dizer se ainda está vivo.

Quem ficou depois a chefiar foi Samora Machel. No final da guerra regressei ao Malawi para junto da minha família, todavia a vivência dos moçambicanos no Malawi era um pouco difícil, uma vez que Kamuzu Banda já havia dito na reunião de Addis Abeba que não estava de acordo com a guerra e que achava melhor organizar conversações entre portugueses e moçambicanos e, nós sempre dizíamos que eles (os portugueses), não estavam abertos ao diálogo e uma das provas disso era a morte do nosso regedor Sipanela, que lutava pela libertação de Moçambique.

A minha ida ao Malawi foi um bocado conturbada, porque alguns achavam que não era o momento certo, mas eu tinha de ir porque toda a minha vida estava lá, depois surgiu uma boa oportunidade, quando quiseram saber quem tinha passaporte legalizado para entrar no Malawi, e eu era um dos poucos.

A intenção de entrar de novo no Malawi visava procurar outros moçambicanos que pudessem continuar a receber treinos na Argélia, mas os argelinos recusaram-se alegando que o número existente era mais do que suficiente. Foi assim que começámos a escalar outros territórios como é o caso da Rússia. Na primeira viagem

a Rússia eramos quatro (4) nhúngues, todos daqui do Moatize, aliás, antigamente o que separava Moatize de Tete era o rio Zambeze, mas como o aeroporto pertencia a esta parte (Moatize), o governo da Frelimo resolveu fazer uma outra divisão e o aeroporto ficou do lado de lá, isto é passou a pertencer a outra parte de Tete, senão nós estaríamos ricos.

E a minha vida é esta, continuei a fazer trabalhos da Frelimo até a altura da independência, entrando no país via Dar-es-Salaam, infelizmente depois disso começou a guerra da Renamo.

Em relação a própria guerra, da Renamo, pouco tenho a dizer porque como já disse estava fora do país, mas mesmo no Malawi acabava sabendo de algumas coisas, porque um dos aviões da Renamo aterrava sempre em Chireca (Blantyre).

Sobre aldeias comunais, posso dizer que a Frelimo havia construído uma em Nhacolo e quem dava ordens lá era o secretário Lingtone.

Quando quis voltar ao país todos andavam a fugir da guerra e tive que regressar ao Malawi, quando lá cheguei miha mulher já havia falecido, casei-me com outra mulher, fiquei no Malawi até 1998, mas vinha sempre em visita, porque tenho cá um irmão.

As pessoas da Vila sempre souberam da minha existência quer seja como filho do Mfumo, quer seja pelo apoio prestado a Frelimo durante a guerra colonial. Por isso, o facto de ter vivido fora durante muito tempo não os impediu de me escolherem para secretário do bairro. No final das contas talvez eu saiba mais da realidade do país em relação a muita gente da Vila.

Assim, em 1999 fui escolhido para secretário do bairro. Para além de mim tenho uma irmã que é secretária da OMM, o nome dela é Celeste Pangaia Malua, actualmente anda muito adoentada.

As minhas relações com os familiares do régulo Sipanela e com a Autoridade Tradicional no geral são normais, de vez em quando solicito alguns deles para me darem uma luz na resolução de problemas. As vezes alguns se recusam a colaborar, mas isso acontece também com a população de uma maneira geral. Todavia, essas recusas não são motivo de desentendimentos notórios.

Por exemplo, no outro dia tive que alertar a população para um facto, porque pressenti a existência de rumores acerca da minha chefia. Acabei falando abertamente que sempre trabalhou para a Frelimo, apesar de ter envelhecido fora deste país e do bairro, consequentemente. Disse também que nunca tivera qualquer tipo de ligação com a Renamo. Por isso que a Renamo nunca terá presença de destaque aqui em Chithatha, todos neste bairro sempre apoiaram a Frelimo.

Nome: Pedro Pinto Bucu, filho de Bucu khoca, ajudante do Mfumo Jequessene , no povoado de de Estibo, na localidade de Catsanha.

Idade: 60 anos

Estado Civil: casado

Naturalidade: Catsanha

Data da entrevista: 23/08/00

O entrevistado é actualmente conhecido como "O Secretário dos Secretários", por trabalhar como secretário do bairro 25 de Setembro desde 1975.

Primeiramente tenho a dizer que tenho mais de 60 anos, porque a minha idade foi diminuída pela necessidade de fugir ao pagamento de impostos.

Em relação a Autoridade Tradicional, posso adiantar que, antes da chegada dos portugueses, já existia um tipo de organização denominada "Tsapanda". Com a presença portuguesa, verifica-se uma certa mudança, derivada da sua própria acção. As mudanças ocorrem quando os portugueses (após a sua fixação), resolvem fazer um reconhecimento da vila, durante essa trajectória, foram conhecendo os nomes dos rios, das povoações, e por exemplo, após estarem a par do nome de uma povoação, transitavam-no para um rio que por ali passase, este foi o caso do rio Moatize.

Derivada da Tsapanda, alguns elementos da comunidade local, já detinham posições de chefia, que foram perpetuados pelos portugueses aquando da sua estruturação local.. Depois disso passámos a contar com: um "Nhancuáua" régulo, no topo, coadjuvado pelos seus cabos de terra, em seguida estavam os Mfumos, que eram escolhidos pelos régulos, estes não eram coadjuvados pelos cabos de terra, mas sempre que fosse necessário poderiam indigitar alguém para execução determinadas tarefas. Os Sipaiois trabalhavam

directamente com a Administração colonial. Note-se que a escolha do Mfumo dependia do seu comportamento.

Para o caso da vila de Moatize o nosso régulo era Sipanela.

Quando iniciam os aldeamentos coloniais, os régulos não tiveram dificuldades em continuar a exercer suas funções.

Mas por exemplo Sipanela, não teve muito "peso" aquando dos aldeamentos, porque foi preso logo em 1962, por estar a apoiar a Frelimo, durante a guerra colonial. No lugar dele foi colocado o régulo Chiutse, acho que foi em 1963.

Após a subida de Chiutse ao poder a posição das autoridades tradicionais não fraquejou, assim, ele continuava a dar ordens nos aldeamentos, quando os mesmos começam a entrar em crise, o seu poder não declina, ele foi um dos poucos régulos que apoiou os portugueses. Daí que o seu poder se tenha reduzido apenas após a proclamação da independência em 1975.

Depois de 1975, contrariamente ao que se podia pensar, ele continuou a morar cá na vila, e quando a Frelimo realizou a sua primeira reunião, procurou saber, se a população gostaria de tê-lo de novo como líder ao que esta respondeu negativamente.

Chiutse, nunca chegou a fazer parte dos GD's, diferentemente de alguns dos seus familiares, por exemplo conheço um familiar dele que mora em Chipanga e faz parte dos GD's.

Quando se começam a criar células do partido (não me lembro exactamente do ano), não houve mudanças significativas, na estruturas dos GD's, o que acontecia era que para se fazer parte da célula era necessário pertencer ao partido. Para além do mais, o trabalho dos GD's era basicamente de mobilização e organização da população local. O mesmo acontece com as aldeias comunais da Frelimo, que não introduziram mudanças significativas, aliás aqui na vila a Frelimo não chegou a construir aldeias comunais.

A relação entre os familiares dos GD's e a população local, foi sempre amistosa, pese embora, alguns dos familiares das autoridades tradicionais, se recusem a participar nas reuniões por mim convocadas.

Com a eleição dos GD's, todos os problemas da população passaram a ser resolvidos por eles. A população deixou de recorrer aos régulos, Mfumos, alguns dizem que não o fazem pelas tristes lembranças da palmatória, do chibalo. Mas de um modo geral eles vivem integrados na comunidade sem problemas de maior.

A relação entre os GD's e a Autoridade Tradicional também é boa, por exemplo o irmão do Mfumo Ussalo (o Sr José de Almeida), não faz parte dos GD's, mas ajuda-me sempre que o solicito. O Filho dele trabalha na Polícia.

Existem várias versões sobre o local exacto do início da guerra (cá em Moatize), mas eu acho que teria iniciado em Mauira (Madamba), nessa altura o Chiutse ainda estava vivo mas não teve papel de destaque, isto é não apoiou nem a Frelimo nem a Renamo, mesmo assim nunca teve atritos com a Frelimo. O filho dele Morais Chiutse mora no bairro da Liberdade, mas nunca gostou de trabalhar com a Frelimo, pelo contrário injuriava, ele é um pessoa muito complicada.

Para resolução de conflitos, recorro às vezes a ajuda dos anciãos, porque eles conhecem melhor a realidade da Vila. Mas às vezes não sou bem interpretado, por exemplo a pouco tempo fui ter com o Advai (filho do Mfumo Ginó), solicitando a sua ajuda, no sentido de trabalhar comigo como chefe de 10 casas e ele aceitou, contudo, no dia da reunião ele questionou se iria trabalhar para Caetano, e eu respondi dizendo que esse governo, já não existia e ele disse "Se é para trabalhar para a Frelimo eu não estou disponível" e dito isso abandonou a reunião.

Após a assinatura do Acordo Geral de Paz, também não houve nenhuma mudança a nível das tarefas que vínhamos executando, mas para o meu caso: antigamente trabalhava

como membro da célula do partido e depois passei a trabalhar apenas como secretário do bairro.

O bairro tem 4 divisões, tendo cada um o seu respectivo chefe de unidade, a unidade é composta por 150 a 500 famílias.

No período colonial nunca fui líder, o meu pai é que trabalhava como Ajudante de Mfumo. A população sabe disso, mas escolheram-me pelo meu bom comportamento, e por saberem também, que o meu pai trabalhava bem no período colonial.

Sou secretário do bairro desde 1975, meu pai acabou saindo de Catsanha para cá, onde veio a falecer em 1982, por motivo de doença, mas quando cá chegou já não resolvia nenhum problema.

Quando começou a guerra da Renamo, meu pai já estava cá, mas não apoiou, nem a Frelimo nem a Renamo. Eu é que apoiei a Frelimo (durante a guerra colonial), estava na área de reconhecimento, meu pai apoiou ligeiramente, porque lá em Xitibo (catsanha), onde ele vivia, havia uma base chamada Nhacolo e meu pai fornecia alimentação aos soldados. Comecei a apoiar a Frelimo há muito tempo, trabalhava na área da clandestina. Alguns combatentes chegaram a passar uns dias na minha casa e quando me perguntavam (os portugueses), quem eram aquelas pessoas eu respondia dizendo que eram familiares meus que estavam a passar alguns dias.

Meu trabalho como Grupo Dinamizador, sempre foi bom, não tenho problemas com ninguém, o povo está sempre do meu lado há 25 anos que estou neste lugar. Quando a Frelimo entrou aqui em Março de 1975 eu é que os recebi, depois veio o secretário da localidade que era o falecido Cachicuale, e em seguida esteve no posto o Sr Gil (um mulato que trabalhava nos CFM), este ficou como secretário durante pouco tempo e foi quem esteve na organização dos bairros, a começar pela unidade 1 até a unidade 13, e quem chefiava essas unidades era eu. Depois a Frelimo começou a dizer que cada chefe

devia reunir a população local para em conjunto escolheros os nomes dos bairros e aqui por exemplo a população achou que o bairro se poderia chamar 25 de Setembro.

## ANEXO 3

### EFEMÉRIDES DE MOATIZE

As efemérides que a seguir se apresentam, tem como sustentáculo bibliográfico, para além das leituras efectuadas, documentos gentilmente cedidos pela Administração do Distrito de Moatize.

Considei apenas algumas datas relevantes para a compreensão do desenvolvimento social e político administrativo da vila.

28-05-1895- A companhia da Zambézia concedeu a Companhia Hulheira da Zambézia o privilégio exclusivo e geral da pesquisa, exploração, registo e lavra das minas da hulha nos territórios das suas concessões.

A Companhia Hulheira veio a fracassar, formou-se mais tarde a Zambezi Mining Development, Ltd.

1923- A Zambezi Mining não vendo lucros imediatos, apelou para um grupo belga e formou-se a Societé Minière et Géologique du Zambeze.

27-05-1948- A Societé Minière, cedeu todos os seus direitos a companhia Carbonífera de Moçambique que se constituiu por escritura.

1949- Foi construída a central eléctrica da carbonífera que possui uma potência instalada de 975 K.V.A.

29-06-1949- Foi inaugurado em Moatize o troço do Caminho de Ferro, com a presença do Governador, Gabriel Teixeira, Bispo Dom Sebastião Soares de Resende, Director dos Serviços dos Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, Major Francisco Pinto Teixeira, Comandante Militar da Província e outras individualidades.

1954- Efectuou-se a mudança das oficinas da tracção e revisão de material, de Mutarara para Moatize.

30-03-1957- Criada a Circunscrição de Moatize pela portaria nº 11932.

31-10-1959- Definidos os limites da zona urbana e suburbana da Vila de Moatize, pela portaria nº 13451.

28-05-1960- Inauguração da ponte Comandante Gabriel Teixeira, sobre o rio Revúbué, estação dos Caminhos de Ferro e o edificio da Administração.

7-08-1961- Chegada a Moatize da Companhia de Artilharia nº 177, o primeiro contingente militar a instalar-se na Vila.

11-11-1961- Criado o comissariado da policia de Moatize, pela portaria nº 15423, publicada no B.O. nº 45 1 Série.

30-03-1962- Alterados os limites da zona urbana e suburbana da Vila, pela portaria nº 15862.

20-09-1962- Criada a Comissão Municipal pela portaria nº 16364.

10-12-1962- Tomada de posse da primeira vereação.

2-01-1963- Efectuada a primeira sessão da Comissão Municipal sob a presidência do Administrador Edgar Nasi Pereira.

30-06-1963- Nova alteração dos limites da zona urbana e suburbana da Vila, pela portaria nº 17282.

26-07-1963- Criado o Concelho de Moatize e elevada a povoação a categoria de Vila, pela portaria nº 17046.

31-07-1964- Pelo Diploma Legislativo Ministerial nº 23 foi conferido a Vila de Moatize o direito de usar armas, bandeira e selo. A 1 de Agosto sua excelência o Presidente da República oferece ao Município, na pessoa do seu presidente, Administrador Mário Ferreira Gonçalves, o estandarte Municipal.

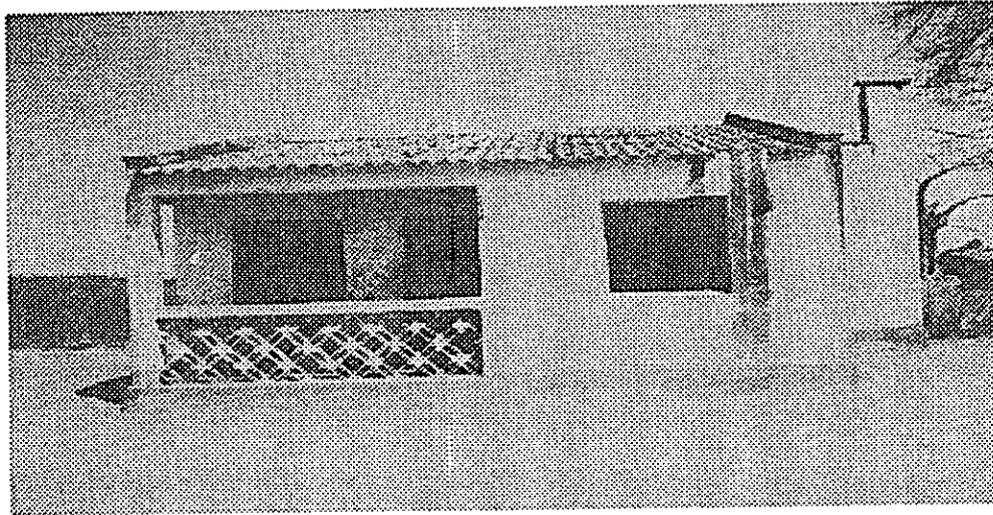
12-05-1978- A Carbonífera foi nacionalizada e a Companhia Carbonífera de Moçambique cedeu todos os seus direitos a Empresa Nacional de Carvão de Moçambique (Carbomoc E.E.) ao abrigo da lei nº 9/78 de Maio de 1978.

1983- Intensificaram-se os ataques da Renamo ao longo da Vila. Foram criados os Conselhos de Produção na Carbomoc.

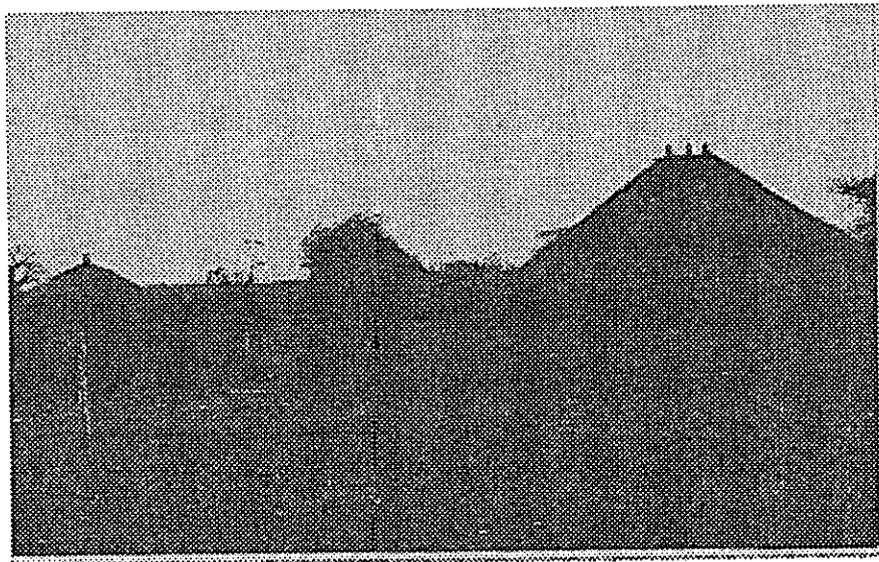
1985- Reordenamento da divisão administrativa, da Vila, por bairros.

**ANEXO 4**

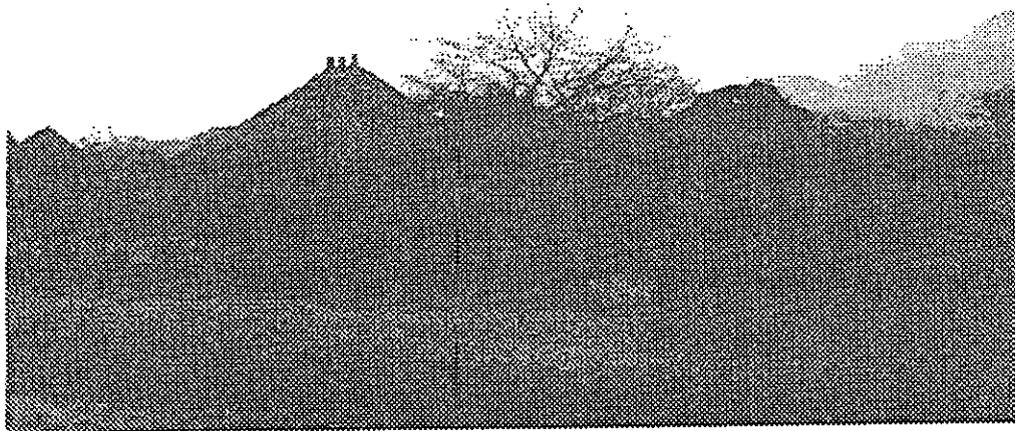
**FOTOGRAFIAS**



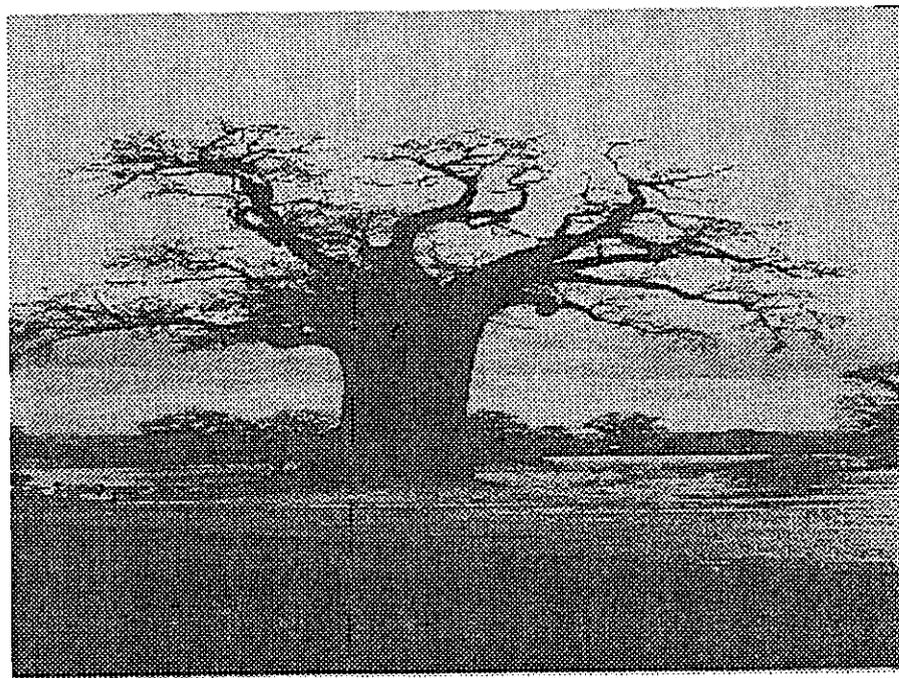
Casa construída para o régulo Boroma. Destruída durante a guerra civil, futura Sede do Bairro Chipanga.



Local onde estava construída a residência do Régulo Sipanela



No meio, residência de Pedro Pinto Buco, Chefe do Bairro 25 de Setembro desde 1975. Actualmente conhecido como "O Secretário dos Secretários".



Embondeiro, a árvore que facilita a comunicação com os antepassados. Sede do Bairro Liberdade. Local onde se realiza a cerimónia "Mizimu"